Impactos de Mega-Investimentos Agrícolas para o Desenvolvimento Rural em Angola



Sinergias e concorrências entre os sectores agrícolas privado e familiar em Angola

Estudo da Mesa Redonda das ONGs Alemãs que trabalham em Angola

VERSÃO PRELIMINAR

Autores: Rainer Tump, Ernesto Cassinda e Daniel Düster

Augusto de 2021

issa informationsstelle südliches afrika e.V

Brot für die Welt

MISEREOR IHR HILFSWERK

Índice

0. Sumário executivo **5**

Objectivos do Estudo **5**

Decorrer do estudo e métodos utilizados **5**

Resultados principais do estudo **6**

Recomendações principais **7**

1. Descrição do estudo **9**

1.1 Objectivos do estudo 9

1.2 Apresentação do trabalho realizado 9

1.3 Métodos utilizados 11

2. Perfil dos mega-projectos visitados no âmbito do estudo **12**

2.1 Critérios da escolha das províncias e dos mega-projectos 12

2.2 Perfil e viabilidade técnica e económica dos mega-projectos 14

3. Impactos dos mega-projectos agrícolas para a economia e a segurança alimentar **17**

4. Concorrências entre os sectores agrícola privado e familiar **21**

4.1 O processo da aquisição de terras pelos mega-projectos 22

4.2 Concorrência sobre terras entre os sectores agrícola privado e familiar 24

4.3 Violação de direitos humanos pelos mega-projectos ou pelo estado 26

5. Sinergias entre os sectores agrícola privado e familiar **27**

5.1 Criação de emprego 28

5.2 Formação em técnicas agrícolas 28

5.3 Construção de infraestruturas sociais 29

5.4 Venda de insumos e apoia na comercialização agrícola 29

6. Conclusões e recomendações **30**

6.1. Conclusões **30**

6.2. Recomendações **31**

Excursos: Efeitos da aquisição de terras em grande escala em África **34**

Índice de Tabelas

Tabela 1: Perfil geral dos mega-projectos visitados no âmbito do estudo 12
Tabela 2: Dimensão dos mega-projectos por província 11
Tabela 3: Mega-projectos visitados no âmbito do estudo 14
Tabela 4: Resumo da viabilidade dos mega-projectos analisados 15
Tabela 5: Resumo dos impactos dos mega-projectos visitados 18
Tabela 6: Como correu o processo de aquisição das terras 230
Tabela 7:Sumário Mega-Investimentos - Origem do Investidor 25
Tabela 8: Existência de conflitos de terra e suas dimensões 26
Tabela 9: Violação dos direitos humanos pelos mega projectos 27
Tabela 10: Cumprimento da responsabilidade social pelos investidores 29
Tabela 11: Impactos nas 14 fazendas visitadas no âmbito do estudo 30

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Ilustração da diferença entre a área planificada, concessionada e produtiva ..... 6 & 13
Gráfico 2: Motivos principais da falência de mega-investimentos 16

Anexos

Anexo 1 – Documentos Consultados no Âmbito do Estudo
Anexo 2 – A Dimensão de Mega-Investimentos Agrícolas e Florestais em Angola
Anexo 3 – Os 12 maiores Mega-Investimentos Agrícolas e Florestais em Angola

Fotografia na capa:

- Cartaz da Empresa BIOCOM (BIOCOM)
- Tractores importados pelo projecto Terra de Futuro, Cariango, Município da Quibala, Província Kuanza-Sul (Rainer Tump)
- Produtores do sector familiar na província Huila (REDRAS)
- Produtor de mandioca na província de Malanje (REDRAS)

ACRÔNIMOS

ACM	Associação Cristã da Mocidade
ADRA	Acção Angolana para Desenvolvimento Rural e Ambiente
AJPD	Associação Justiça Paz e Democracia
ANIP	Agência Nacional do Investimento Privado
BNB	Produto Nacional Bruto
Caid	Christian Aid
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECP	Estratégia de Combate a Pobreza
ha	Hectares
IECA	Igreja Evangélica Congregacional em Angola
KZ	Kwanza
Mbakita	Missão de Beneficência Agropecuária do Kubango, Inclusão, Tecnologias e Ambiente.
LWF	Federação Luterana Mundial
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Producto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPM	Pão Para o Mundo
SODEPAC	Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda, S.A.
TdR	Termos de Referência
UTIP	Unidade Técnica de Investimento Privado

"O antigo vice-governador deu um saco de arroz, um saco de sal e alguns cobertores para nós deixarmos o gado dele ter pasto na nossa área. Depois vendeu a nossa área e hoje o novo dono ocupa uma área de milhares de hectares. Nós perdemos as nossas áreas de cultivo, vivemos na área de um outro soba e nem podemos visitar o nosso museu".

O soba de uma aldeia na província de Kuanza-Sul que foi removida por causa de uma fazenda no dia 11 de Novembro de 2018

0. Sumário executivo

Objectivos do Estudo

O presente estudo tem como objectivo principal reflectir os impactos dos Mega-Investimentos agrícolas e florestais para a população rural e para a economia angolana. O interesse especial da pesquisa era o grau da realização de sinergias entre o sector agrícola privado e o sector agrícola familiar.

Com este estudo a Mesa Redonda das ONGs Alemã quer contribuir para a discussão sobre o papel de grandes investimentos agrícolas para o desenvolvimento rural, a segurança alimentar em Angola e a diversificação da economia angolana. O estudo também reflecte sobre o fenómeno do *land grabbing* em Angola, que é o objectivo verdadeiro de muitos investimentos agrícolas, não só em Angola. O estudo também quer mostrar alternativas de um desenvolvimento rural integrado que considera tanto os interesses da população rural como a intenção do governo de diversificar a economia angolana.

Decorrer do estudo e métodos utilizados

Os resultados deste estudo baseiam-se em três passos separados. No início de 2018 foi realizado um pré-estudo sobre a dimensão de mega-investimentos agrícolas e florestais em Angola. O resultado principal era a identificação de 48 mega-investimentos em todo o país. Em Novembro de 2018 seguia a segunda fase do estudo, a visita de 12 mega-investimentos nas províncias Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango, combinado com inúmeros encontros com investidores, gestores, a população vizinha, representantes do estado e ONGs nestas três províncias. O terceiro passo foi realizado em Junho e Julho de 2021 e combinou a investigação da internet, contribuições de várias organizações e cientistas angolanas e uma visita de dois novos mega-investimentos na província de Kuando Kubango.

Os resultados preliminares do estudo foram apresentados no dia 23 de Novembro de 2018 na Mosaiko na Viana. Os resultados do estudo actualizado foram apresentados na *Conferência sobre Terras e Segurança Alimentar* nos dias 2 e 3 de Augusto de 2021 e os resultados principais da discussão da conferência serão integrados na versão final deste documento.

O estudo usou uma mistura de métodos quantitativos e qualitativos. Para obter dados sobre a dimensão e a viabilidade económica dos mega-projectos foram usados principalmente métodos quantitativos. Para as entrevistas sobre sinergias e concorrências entre os sectores agrícolas foi usado um guião com perguntas abertas. Sempre que foi possível, as informações recebidas foram “trianguladas” com outras fontes.

Resultados principais do estudo

O estudo mostra que a estratégia do estado de dar impulsos para a economia angolana através do apoia de mega-investimentos agrícolas e florestais falhou completamente. Da terra atribuída para 57 mega-investimentos a partir de Janeiro 2015 numa dimensão de 1,1 milhões de hectares somente foi aproveitado de forma produtiva uma área total de 90.000 hectares, o que perfaz 2,9% da área planificada e 5,6% da área concedida.

Comparando a área requerida (e as vezes tomada das populações rurais sem base legal) de 2,4 milhões de hectares, os 90.000 hectares da utilização efectiva somente perfazem 3,3%. Significa que 96,7% das terras requeridas ficaram sem utilização para a produção rural e para a segurança alimentar em Angola.

O gráfico abaixo ilustra a grande discrepância entre a área planificada, concessionada e produtiva.

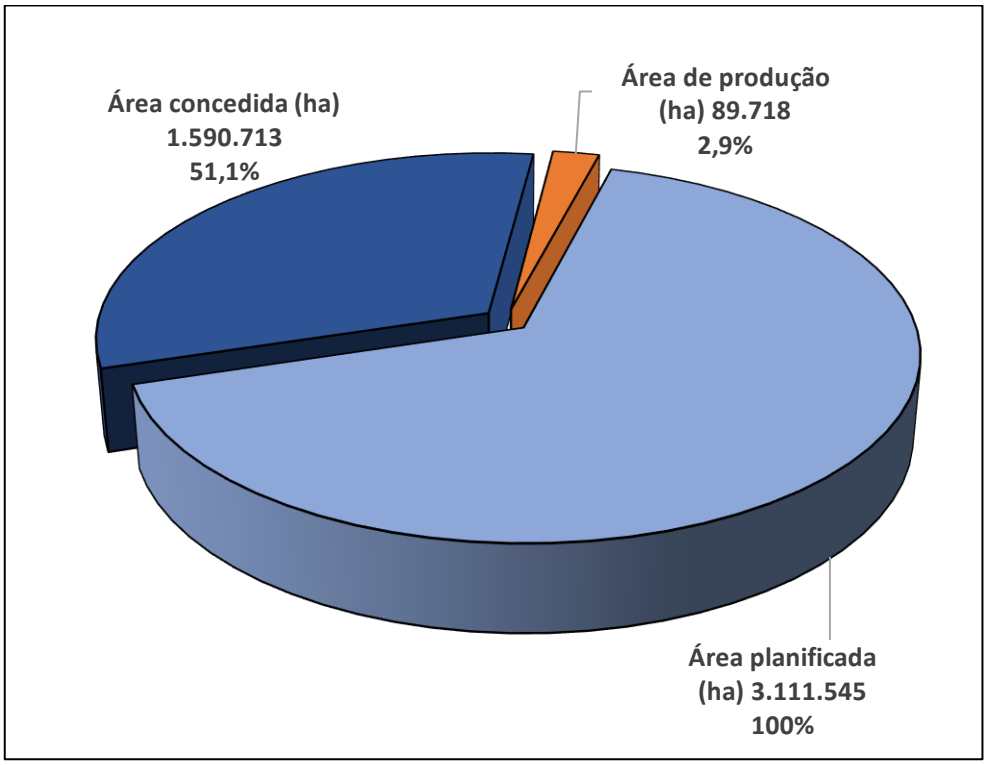


Gráfico 1: Ilustração da diferença entre a área planificada, concessionada e produtiva

Fonte: Pesquisa internet incluindo landmatrix.org, farmlandgrab.org, páginas do Governo de Angola e visitas a 14 mega-projectos

Alguns dos mega-investimentos foram declarados “projectos de desenvolvimento” mesmo seguindo interesses privados. Desta forma os investidores conseguiram receber mais do que um bilhão de fundos públicos dos governos de Angola, China, Brasil e outros. Mais fundos públicos angolanos foram injectados através do *Fundo de Desenvolvimento Agrário* e do *Banco de Desenvolvimento de Angola*. Como 9 dos 14 mega-projectos visitados (64%) entraram na falência ou tem problemas financeiros sérios, a maioria destes fundos públicos podem ser considerados como perdidos.

Entrevistas com a população das comunidades vizinhas dos mega-projectos mostraram que em nenhum dos 14 casos visitados foi cumprida a lei de terra. Consultas comunitárias verdadeiras não foram realizadas em caso nenhum e também não foram pagas indemnizações justas para a população que perdeu as suas terras e lavras.

Os motivos da falha da maioria dos mega-investimentos são diversos. Em 8 dos 14 mega-projectos visitados (57%) o investidor era um militar ou uma pessoa angolana com ligação ao governo. Estes projectos funcionaram enquanto o investidor ocupava uma posição alta na província ou no município. No momento em que o investidor saiu desta posição, os investimentos começaram a cair.

No mínimo 5 dos investimentos visitados (36%) nunca foram economicamente viáveis. Estes projectos aparentemente foram elaborados para conseguir créditos altos (o mais alto de 360 milhões de USD) e não têm seriedade nenhuma na implementação. O terceiro motiva de falha era que a dimensão da maioria dos mega-projectos agrícolas simplesmente ultrapassou a capacidade técnica e financeira dos investidores.

O estudo mostra o grande potencial existente para sinergias entre o sector agrícola privado e familiar. Exemplos encontrados no terreno são a transferência de know-how e formação agrícola, a construção de infraestruturas socias pelo investidor, a venda de insumos agrícolas e a cooperação na comercialização de produtos agrícolas. Infelizmente este potencial para sinergias está sendo pouco aproveitado devido à falta de confiança e à falta de interesse da maioria dos investidores numa coexistência pacífica com a população vizinha.

Recomendações principais

Na base das constatações do estudo, os consultores formularam várias recomendações para diferentes actores. As recomendações principais são:

<u>Recomendações gerais</u>

- O potencial para sinergias entre o sector privado e o sector familiar deveria ser mais explorado. Áreas de cooperação já deveriam ser exploradas e definidas durante o processo da negociação dos terrenos.

<u>Recomendações para investidores</u>

- Combinar os conhecimentos de jovens licenciados nas faculdades de agronomia com a experiência práctica de jovens das aldeias locais.
- Investir em salários dignos para evitar a fuga dos trabalhadores
- Aproveitar melhor as sinergias com o sector agrícola familiar, especialmente nas áreas de produção e distribuição de sementes, practicas agrícolas melhoradas e comercialização de produtos agrícolas.

<u>Recomendações ao governo de Angola</u>

- É necessário acabar com a práctica da não aplicação de normas da Lei da Terra para entregar terras de grande dimensão para empresas privadas ou públicas com o argumento do "interesse público". O "roubo" de terras agrícolas das comunidades nunca deve ser justificado com o interesse público porque coloca o interesse dos investidores acima dos interesses das comunidades rurais.
- Fazer consultas comunitárias verdadeiras sempre que direitos e interesses de comunidades rurais sejam atingidos.
- Cada processo de concessão de grandes áreas agrícolas e florestais deve ser revisado durante os próximos dois anos. Em casos que a revisão mostra que a terra foi ocupada ilegalmente ou que o investidor somente usa uma pequena parte da terra cedida de forma útil e efectiva, a terra deve ser devolvida para as comunidades rurais.
- Sempre que comunidades rurais perderem a sua terra na totalidade ou parcialmente devem receber indemnizações justas; o processo da definição das indemnizações deve ser transparente.
- É necessário criar um cadastro das áreas rurais em Angola de forma transparente e reconhecendo as áreas comunitárias.

<u>Recomendações para a sociedade civil angolana</u>

- É necessário juntar as forças entre ONGs nacionais e parceiros internacionais para defender os direitos das populações gerais contra investidores que não respeitam estes direitos.
- Continuar o esforço de apoiar associações de produtores, principalmente nas áreas temáticas de associativismo, gestão financeira, pequenos sistemas de regadio e comercialização de produtos agrícolas.

1. Descrição do estudo

1.1 Objectivos do estudo

Os objectivos deste estudo são definidos nos termos de referência:

1. *Verificar e actualizar os resultados do pré-estudo „Dimensão de mega-investimentos agrícolas e florestais em Angola“.*
2. *Investigar como foi realizado o processo da alocação da terra para o investidor? Houve consultas com as comunidades atingidas? As leis angolanas foram cumpridas?*
3. *Verificar se houve casos nas quais famílias ou comunidades perderam as suas terras ou casas? O investidor pagou indemnizações? As indemnizações eram justas?*
4. *Investigar se o investidor trouxe impactos positivos (por exemplo emprego, treinamento em técnicas agrícolas)?*
5. *Reflectir estratégias para a defesa dos direitos das comunidades rurais junto com parceiros de Pão-para-o-Mundo e Misereor. Estas estratégias também podem incluir propostas para uma cooperação melhor e sinergias entre o sector privado e o sector familiar.*
6. *Fornecer dados e recomendações para o seminário planificado sobre terra e segurança alimentar em Luanda no segundo trimestre de 2019.*

No âmbito do estudo efectuado nos meses de Outubro e Novembro de 2018 foi possível atingir todos os seis objectivos definidos.

1.2 Apresentação do trabalho realizado

Este relatório apresenta as conclusões do trabalho de campo do “Estudo sobre sinergias e concorrências entre os sectores agrícolas privados e familiares em Angola”. Trata-se de uma iniciativa da mesa Redonda das ONGs Alemãs que trabalham em Angola. O relatório foi elaborado na base da revisão literária, dados recebidos de ONGs Angolanas, investidores e informações disponíveis na internet. A pesquisa foi confiada ao consultor internacional Rainer Tump que foi coadjuvado por Ernesto Cassinda, Director da ACM Kuanza-Sul, e Daniel Düster do Centro de Informação sobre a África Austral (ISSA), em Bona, Alemanha.

A primeira parte da pesquisa de campo teve lugar durante três semanas, especificamente de 5 de Novembro à 23 de Novembro de 2018. A segunda pesquisa de campo foi realizada nos dias 21 até 24 de Julho de 2021. A primeira fase começou com um encontro inicial de socialização dos Termos de Referência e apresentação dos resultados do pré-estudo acima citado no centro MOSAIKO em Luanda. Seguiu-se depois o trabalho de campo propriamente dito, tendo a equipa de consultores se deslocado aos Municípios de Malanje, Cacusso, Quibala, Cela (Waku Kungo), Kuito Kuanavale e Cuchi, das Províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango respectivamente. A segunda fase dedicou-se a confirmação e actualização de dados sobre dois mega-projectos na província de Kuando Kubango.

Os resultados preliminares da primeira fase foram apresentados em Luanda, no dia 23 de Novembro no Centro Cultural MOSAIKO em Viana, e tiveram presentes 14 pessoas de diversas organizações, tendo os participantes deixado contribuições e reparos as conclusões preliminares, ao que os consultores agradecem imenso.

Os resultados da actualização do estudo foram apresentados para os participantes da *Conferência sobre Terras e Segurança Alimentar* nos dias 2 e 3 de Augusto de 2021 em Luanda. Os resultados da discussão na conferencia serão inseridos na versão final do estudo.

O relatório está organizado em 6 capítulos, além do sumário executivo que resume todo conteúdo da pesquisa. O capítulo 1 faz uma breve descrição do estudo, objectivos, trabalho realizado e metodologia utilizada. No capítulo 2 são apresentados os perfis dos mega-projectos visitados, olhando, sobretudo a viabilidade técnica e económica. Com base nas constatações das visitas o capítulo 3 faz uma análise dos impactos dos mega-projectos para a economia em geral, a população local, a segurança alimentar e o meio ambiente de Angola.

O capítulo 4 trata das concorrências entre o sector privado e familiar e no capítulo 5 as sinergias entre os mesmos. Finalmente o capítulo 6 abarca as conclusões que são seguidas de recomendações gerais e específicas para o Governo de Angola, investidores e a Sociedade Civil.

As conclusões e reflexões contidas neste documento constituem apenas os resultados do estudo e pretendem também contribuir para o debate deste tema que está estritamente ligado com a posse segura de terra em Angola – fundamental para combater a fome e a pobreza, particularmente para as comunidades rurais que dependem da terra para a sua alimentação e supressão de outras necessidades vitais.

Limitações do estudo

Os consultores investiram muito tempo em identificar todos os mega-projectos mais recentes em Angola. Depois de um primeiro estudo bibliográfico e no internet os resultados preliminares foram enviados para vários peritos da área e para ONGs activas nas respectivas províncias. Infelizmente somente 7 das 19 pessoas e instituições responderam, com a consequência que não foi possível confirmar as informações em 5 das 11 províncias com mega-projectos recentes.

Dos 14 mega-projectos selecionados para serem visitados somente foi possível visitar 8 sem limitações. Foi recusada a visita de dois mega-projectos em Kuanza-Sul. Uma visita parcial foi possível em 4 mega-projectos.

1.3 Métodos utilizados

O estudo usou uma mistura de métodos quantitativos e qualitativos. Para obter dados sobre a dimensão e a viabilidade económica dos mega-projectos foram usados principalmente métodos quantitativos. Para as entrevistas sobre sinergias e concorrências entre os sectores agrícolas foi usado um guião com perguntas abertas. Em cada encontro os pesquisadores focalizaram os aspectos mais importantes para cada estudo de caso.

Em sumário, os dados e conclusões deste estudo baseiam-se na aplicação dos seguintes métodos:

- O pré-estudo sobre a dimensão dos mega-projectos baseia-se na pesquisa internet (relatórios do Governo de Angola, grain.org, farmlandgrab.org, landmatrix.org, jornais e outros) e dados recebidos de ONGs Angolanas assim como de investidores.
- Nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango foram realizadas entrevistas com representantes do governo e autoridades locais ao nível provincial, municipal e local.
- Foi possível realizar entrevistas com investidores e trabalhadores em 9 dos 14 mega-projectos visitados.
- Nas três províncias foram realizados encontros com comunidades afectadas pelos mega-projectos.
- Nas três províncias também foram realizados encontros com diferentes ONGs.
- No dia 5 de Novembro foi realizado uma oficina inicial para reflectir os termos de referência e os métodos do estudo com ONGs em Luanda
- No dia 23 de Novembro foi realizada uma oficina final para apresentar e reflectir os resultados preliminares do estudo.
- Um estudo de campo adicional foi realizado nos dias 21 até 24 de Julho de 2021 para confirmar informações sobre dois mega-projectos em Kuando Kubango. #
- Nos dias 2 e 3 de Agosto o estudo foi apresentado na Conferência sobre Terras e Segurança Alimentar em Luanda.

Como este estudo trata de dado sensíveis (dívidas das empresas, bancos que não analisaram bem os riscos, corrupção, incumprimento da lei da terra, conflitos sobre terra etc.), os consultores garantiram anonimizar todas as informações recebidas. Consequentemente, o estudo menciona os nomes dos entrevistados, a localidade das empresas e as comunidades contactadas somente em casos excepcionais.

2. Perfil dos mega-projectos visitados no âmbito do estudo

Neste capítulo é analisado o perfil dos mega-projectos visitados em Novembro de 2018 e Julho de 2021. Nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango foram visitado um total de 14 mega-projectos. A tabela 1 dá um resumo do perfil destes projectos:

Província	Municípios	Número de mega-projectos visitados	Área total planificada dos mega-projectos visitados por província	Projectos agropecuários	Projectos florestais	Investimento angolano	Cooperação angolana e estrangeira
Malanje	Cacusso e Cangandala	4	166.000	4	0	2	2
Kuanza-Sul	Quibala e Cela	6	122.000	6	0	4	2
Kuando Kubango	Cuchi e Kuito Kuanavale	4	522.000	2	2	1	3
Total		**14**	**810.000**	**12**	**2**	**7**	**7**

Tabela 1: Perfil geral dos mega-projectos visitados no âmbito do estudo

Fonte: Visita de 14 mega-projectos nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango em 2018 e 2021

2.1 Critérios da escolha das províncias e dos mega-projectos

Para analisar uma escolha dos 48 mega-projectos identificados durante o pré-estudo mais profundamente, foi primeiro necessário escolher três províncias que podiam ser visitadas pela equipe de consultores durante três semanas.

Foi decidido escolher as três províncias de Angola com a maior área planificada pelos investidores. A tabela 2 mostra o resumo dos mega-projectos por província. As províncias com a maior área planificada são 1. Kuando Kubango, 2. Kuanza-Sul e 3. Malanje.

Província	Número de mega-investimentos	Área planificada (ha)	Área concedida (há)	Área de produção (ha)	Percentagem área de produção versus área planificada
Bengo	4	132.000	97.000	7.628	5,7
Cunene	4	232.000	127.000	870	1,8
Huambo	1	30.000	30.000	0	0,1
Huíla	8	102.513	99.013	33.740	0,0
Kuando Kubango	6	794.000	332.000	4.250	1,0
Kuanza Norte	1	13.000	13.000	700	0,0
Kuanza Sul	16	503.632	284.000	15.480	2,0
Luanda	2	105.000	105.000	5.900	0,0
Malanje	6	417.000	417.000	16.000	0,0
Moxico	3	54.400	28.700	650	12,0
Uíge	1	25.000	25.000	0	0,0
Diversas províncias	5	703.000	33.000	4.500	0,3
TOTAL	**57**	**3.111.545**	**1.590.713**	**89.718**	**2,9**

Tabela 2: Dimensão dos mega-projectos por província

Fonte: Pesquisa internet incluindo landmatrix.org, farmlandgrab.org e páginas do Governo de Angola

O gráfico abaixo ilustra a grande discrepância entre a área planificada, concessionada e produtiva.

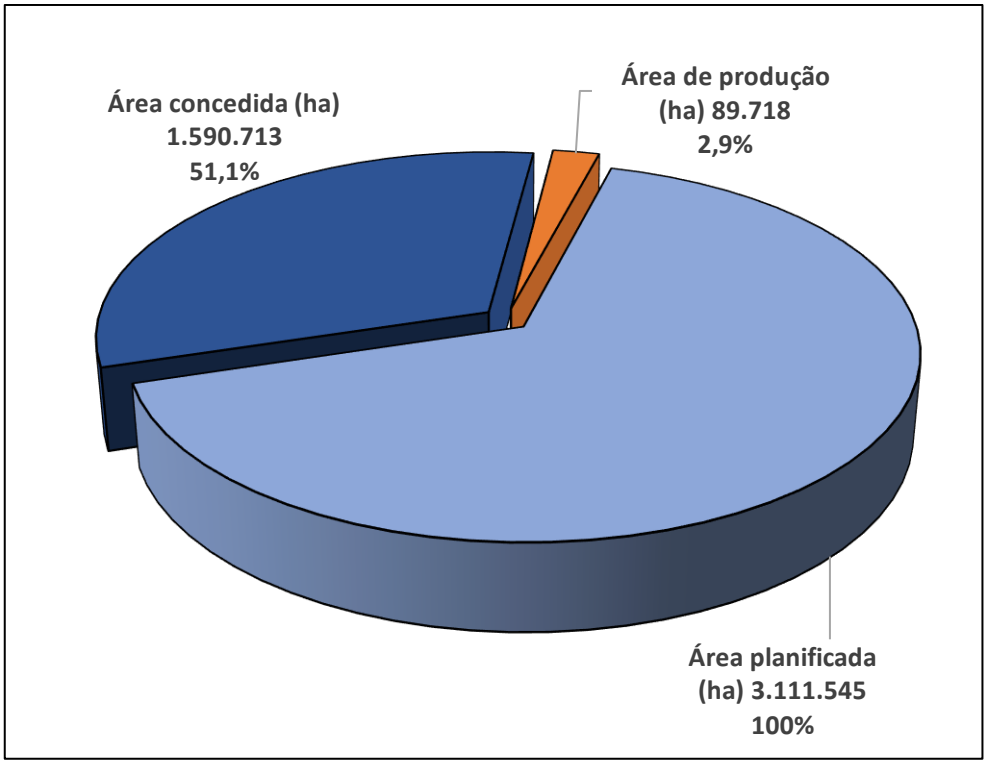


Gráfico 1: Ilustração da diferença entre a área planificada, concessionada e produtiva

Fonte: Pesquisa internet incluindo landmatrix.org, farmlandgrab.org, páginas do Governo de Angola e estudo de campo

Como segundo passo da escolha dos mega-projectos a serem visitadas foi necessário escolher ao todo 14 dos 28 investimentos registados nestas três províncias. Foram escolhidos os dois municípios de cada província com o maior número de mega-projectos. A tabela 3 mostra os municípios escolhidos e o número de mega-projectos visitados:

Província	Município	Número de mega-projectos visitados	Área total planificada dos mega-projectos visitados por província
Malanje	Cacusso	3	140.000
	Cangandala	1	26.000
Kuanza-Sul	Quibala	5	108.500
	Cela	1	18.000
Kuando Kubango	Cuchi	2	510.000
	Kuito Kuanavale	2	12.000
Total		**14**	**814.500**

Tabela 3: Mega-projectos visitados no âmbito do estudo

Fonte: Visita de 14 mega-projectos nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango

Os 14 mega-projectos visitados perfazem cerca de um quarto do total dos mega-projectos identificados. A área total destes 14 projectos corresponde a cerca 26% da área total de todos os 57 projectos identificados (veja anexo 2).

2.2 Perfil e viabilidade técnica e económica dos mega-projectos

Para a avaliar os impactos dos mega-projectos agrícolas e florestais era necessária avaliar a sua viabilidade técnica e económica. Um investimento que não é viável não será sustentável e consequentemente não terá impactos positivos ao longo prazo. Por outro lado, um investimento viável pode criar postos de trabalho e ter impactos positivos para a economia local e a segurança alimentar nacional ao longo prazo.

Os consultores não tinham acesso à documentos internos dos projectos ou documentos dos bancos que forneceram créditos. Então foi necessário basear a avaliação da viabilidade técnica e económica nos documentos públicos, principalmente apresentações das empresas na internet, artigos em jornais e páginas oficiais como da Unidade Técnica de Investimento Privado (UTIP) ou da Agência Nacional do Investimento Privado (ANIP).

Em 6 dos 14 casos investigados (43%) a avaliação foi fácil: ou os mega-investimentos já haviam falhado (4 casos; 29% dos mega-projectos visitados) ou até nunca haviam iniciado a produção (2 casos; 14% dos mega-projectos visitados).

Dos 14 investimentos analisados, 3 outros mega-projectos (21%) enfrentam sérios problemas financeiros e seu futuro é inseguro. Nestes três casos o crédito cedido foi usado principalmente para investir grandes somas em uma infraestructura imensa, não

havendo então dinheiro suficiente para suportar os custos de operação. A situação é agravada pela falta de divisas, o que faz difícil ou impossível importar peças para as máquinas ou para manter mão-de-obra qualificada do exterior.

Em 3 dos 14 investimentos analisados (21%) foi conseguido manter um certo nível de produção e cobrir os custos correntes, mas em uma escala muito menor do que foi planificado. Em média, estes projectos estão a produzir em 14,7% da área planificada e 16,2% da área concessionada.

Somente 2 dos 14 investimentos analisados (14%) atingem uma produção satisfatória e fazem lucro. Os factores principais de sucesso destes investimentos são:

- Pelo menos uma parte dos investidores são peritos na área agrícola: problemas podem ser resolvidos na hora sem necessidade de esperar ordens superiores de Luanda ou do exterior;
- Além de créditos bancários os investidores têm capital próprio, o que permite suportar atrasos e outras dificuldades que quase sempre ocorrem em projectos agrícolas;
- Os investidores têm acesso a divisas, o que permite a importação de peças e pagamento de mão-de-obra especializada do exterior;
- Ambas as empresas têm lojas próprias em Angola e exportam parte do seu produto para o exterior.

A tabela 4 mostra um resumo da viabilidade dos mega-projectos analisados e seus problemas principais:

Situação dos mega-projectos em Novembro de 2018	Falhado	Com problemas económicos sérios	Produzindo, mas em áreas reduzidas, pouco lucro	Boa produção, faz lucro
Número de mega-projectos por categoria	**6**	**3**	**3**	**2**
Percentagem (N = 14)	**44%**	**21%**	**21%**	**14**

Tabela 4: Resumo da viabilidade dos mega-projectos analisados

Fonte: Visita de 14 mega-projectos nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango

A análise da viabilidade técnica e económica de 14 mega-projectos visitadas nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango mostra que somente 2 (14%) são operados com sucesso e tem boas chances de sobreviver. Cinco mega-projectos (35%) lutam actualmente com problemas sérios. É provável que no mínimo três destes não irão sobreviver o ano de 2021. Seis mega-projectos (44%) já falharam. Mesmo que seja

possível achar compradores para estes projectos, os bancos que cederam créditos vão perder a maior parte do seu dinheiro.

Analisando os motivos da falência da maioria dos mega-projectos, o estudo mostrou os seguintes resultados:

- Em 8 dos 14 mega-projectos visitados (57%) encontramos os modelos "Governador", "Administrador Municipal" ou "General". Significa que estes investimentos foram iniciados por pessoas influentes no governo ou nas forças armadas ao nível municipal, provincial ou nacional, muitas vezes usando fundos públicos. Estes projectos funcionaram enquanto o investidor ocupava uma posição alta na província ou no município. No momento em que estas pessoas saíram desta posição, os investimentos começaram a cair.
- No mínimo 5 dos investimentos visitados (35%) nunca foram economicamente viáveis. Estes projectos aparentemente foram elaborados para conseguir créditos altos (o mais alto de 360 milhões de USD) e não têm seriedade nenhuma na implementação.
- A dimensão da maioria dos mega-projectos agrícolas ultrapassa a capacidade técnica e financeira dos investidores. Este fenómeno foi encontrado em 9 dos 14 mega-projectos visitados (64%). Um dos motivos são as comissões dos funcionários bancários (quanto maior o crédito, tanto maior a comissão). Consequentemente, da parte dos bancos faltou uma análise séria da viabilidade técnica e económica dos projectos antes da concessão do crédito e uma monitora efetiva durante a fase de implementação dos mega-projectos.

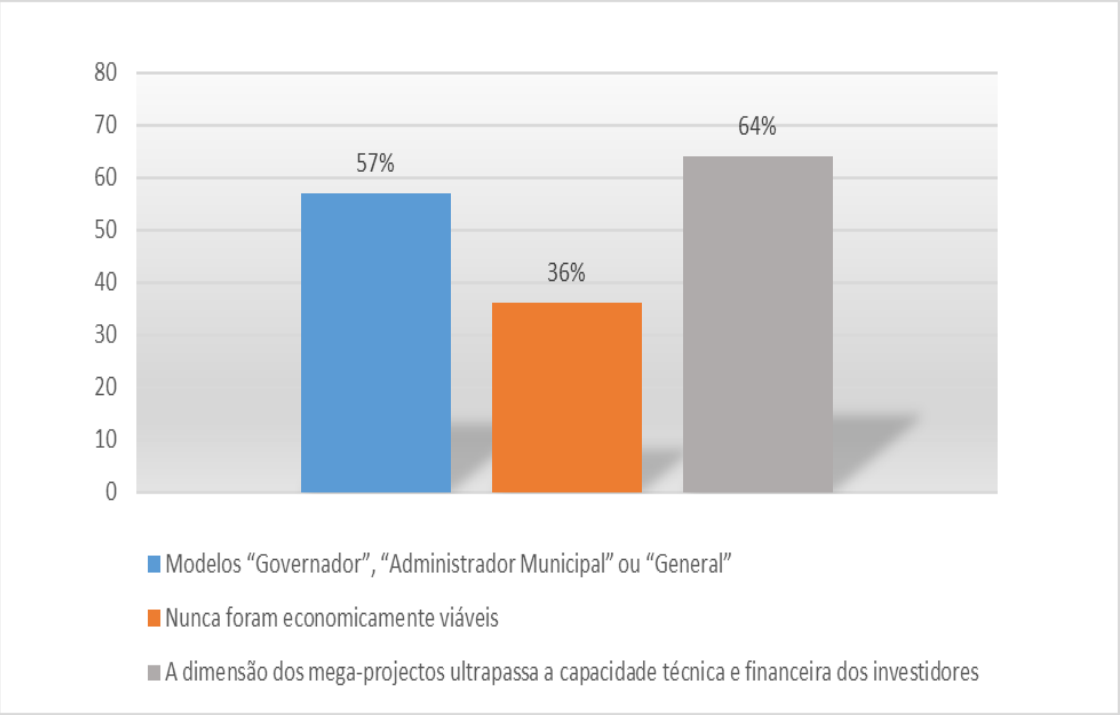


Gráfico 2: Motivos principais da falência de mega-investimentos[1]

Fonte: Visita de 14 mega-projectos nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango

[1] A percentagem é acima de 100% porque várias respostas eram possíveis

3. Impactos dos mega-projectos agrícolas para a economia e a segurança alimentar

3.1 Impactos dos mega-projectos agrícolas para a economia de Angola

Um dos argumentos para o governo de Angola em atrair grandes investimentos agrícolas é a necessidade de diversificar a economia angolana. Em princípio este argumento é válido, já que não é saudável para nenhuma economia depender com mais do que 90% de indústrias extractivas.

Os sectores agrícolas e florestais juntos contribuem somente para menos do que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) angolano[2] principalmente devido a dois motivos:

1. No sector agrícola domina a agricultura familiar, que é principalmente orientado ao consumo e a vendas em mercados informais ao seu redor. Nem o consumo nem a venda no sector informal entram na estatística do BIP, apesar que ambos são de extrema importância para a economia angolana e para o combate a pobreza.

   Em outras palavras: a agricultura familiar já dá uma contribuição muito importante para a diversificação da economia angolana, mas este facto não se mostra nem no BNP nem em outras estatísticas do governo ou do Banco Mundial.

2. O sector florestal actualmente é dominado por empresas da China e do Vietnam, que abatem árvores sem licença (mas com conhecimento de pessoas influentes ao nível municipal, provincial e nacional) e transportem a madeira durante a noite para os portos de Namibe, Lobito e Luanda.[3] Devido a ilegalidade da maioria destas exportações as receitas não entram em nenhuma estatística nacional e assim também não constam no PNB.

Actualmente somente duas das 14 empresas visitadas tem um impacto visível para o crescimento e a diversificação da economia angolana. Mas parece que estas duas empresas ainda não pagam impostos consideráveis devido as condições de investimento negociados com o governo de Angola.

No total, os 14 mega-projectos visitados criaram cerca de 2.200 postos de trabalho, destes cerca de 1.300 são postos de trabalho permanentes. Enquanto os dirigentes e alguns agrónomos qualificados ganham bem, a grande maioria do pessoal contractado ganha em volta do salário mínimo ou até menos. Mais do que 80% dos trabalhadores entrevistados no fim do ano 2018 ganharam entre 12.000 e 16.000 Kwanza por mês, que nesta altura correspondia a 35 e 46 Euros. Muitos deles saem de casa às 5 horas da manhã e só voltam as 18 ou 19 horas. Para o trabalho pesado nas fazendas ganham por dia uma média de somente 640 Kwanzas, o que não é suficiente para alimentar uma família.

[2] https://www.indexmundi.com/pt/angola/produto_interno_bruto_(pib).html
[3] http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/ambiente/2017/5/23/Abate-ilegal-arvores-causa-prejuizos-aos-cofres-Estado,9ab0f136-8b2b-4615-bc03-1cc04987ddc1.html

Em resumo a maioria dos grandes investimentos têm uma produção agrícola extremamente baixa, pagam poucos impostos, oferecem emprego para poucas pessoas e têm salários extremamente baixos.

Um dos impactos negativos dos mega-projectos é o facto de que bancos angolanos (privados e estatais) perderam milhões de USD em créditos que não são devolvidos. Em três casos também havia o envolvimento de bancos estrangeiros. Estima-se que os bancos perderam (ou vão perder) uma soma de cerca de 1.400 milhões de USD - só nos 14 mega-projectos visitados no âmbito deste estudo. Uma parte desta soma contribui para a dívida externa de Angola.

Como mostra a Tabela 2 *"Dimensão dos mega-projectos por província"* acima, os 14 mega-projectos visitados somente usam cerca de 90.000 hectares de forma productiva. Isto perfaz 5,6% da área concedida de 1.590.000 hectares e somente 2,9% da área inicialmente planificada (e, em alguns casos, ocupada) de 3.111.000 hectares. Significa que cerca de 3 milhões de hectares de terra arável (uma área de 100 vezes 300 quilómetros quadrados, mais do que o território da Bélgica ou três vezes o território da Gâmbia) são perdidas para as comunidades rurais a favor de grandes projectos "fantasmas" que na sua maioria foram financiados com fundos públicos.

3.2 Impactos dos mega-projectos agrícolas para a economia rural local

Em todos os mega-projectos visitados, os pesquisadores procuraram saber quais são os impactos para a população rural. Estes impactos podem ser a criação de emprego, formação em técnicas agrícolas e a construção de infraestruturas sociais. Para ter dados fidedignos, foi perguntado tanto a população local como também gerentes e trabalhadores nas fazendas.

A tabela 5 dá um resumo das respostas recebidas:

Tipo de impacto	Alto	Médio	Baixo	Nulo
Número de postos de trabalho planificados versus criados	1	2	7	4
Salários	0	2	8	4
Formação para trabalhadores	0	2	8	4
Infraestruturas socias	0	2	2	10
Sementes e instrumentos agrícolas	0	0	2	12
Lavragem de terreno	0	0	1	13
Apoio na colheita (permitir a população que recolha restos da colheita)	0	1	0	13
Apoio na comercialização	0	1	0	13

Tabela 5: Resumo dos impactos dos mega-projectos visitados

Fonte: Visita de 14 mega-projectos nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango

Somente um dos quatorze mega-projectos criou um alto número de empregos. 4 mega-projectos não criaram emprego nenhum porque nunca arrancaram.

Em termos de salários, domina um salário muito baixo em volta de 13.000 Kuanza (cerca de 37 Euro no cambio de Novembro de 2028) por mês. Somente dois mega-projectos (14%) pagam acima de 18.000 Kuanza (cerca de 50 Euro) para trabalhadores de campo.

Duas fazendas mostraram que vale a pena investir na formação de jovens locais. Um exemplo impressionante é a fazenda “Terra do Futuro” onde jovens locais gerem inteiras fábricas de ração animal. Infelizmente a grande maioria dos mega-projectos (86%) não investiu nada ou muito pouco na formação dos seus trabalhadores.

Quatro mega-projectos (28%) cumpriram o seu compromisso com as comunidades locais com a construção de infraestruturais sociais. Neste âmbito foram construídos dois postos de saúde, uma creche, três escolas e duas cisternas para fornecimento de água. A falta de cooperação entre os investidores e os Ministérios de Saúde e de Educação tinha como consequência que somente um dos postos de saúde e uma escola eram funcionais durante a visita em Novembro de 2018. No outro posto de saúde construído e nas duas escolas faltou a colocação de pessoal pelo estado.

Em dois casos visitados (14%), a distribuição e venda por preços simbólicos de sementes e instrumentos agrícolas contribui para uma boa relação entre os mega-projectos e a população local.

Somente uma fazenda na província Kuanza-Sul apoia a população através da permissão da recolha de restos da colheita de milho. Este exemplo foi avaliado de forma muito positiva pelas comunidades. Ao contrário, a fazenda vizinha queima restolhos de milho em grande quantidade. Esta práctica, chamada “cemitério de comida”, foi um dos motivos pela péssima relação entre a fazenda e a população local.

Somente uma fazenda usou os meios de transporte para apoiar a população local na venda dos seus produtos.

Em resumo, há de ser constatado de que a grande maioria dos mega-projectos contribui pouco ou nada para a economia rural. Por outro lado, os poucos exemplos positivos mostram o grande potencial que uma melhor cooperação entre os mega-projectos e o sector familiar poderia ter.

3.3 Impactos dos mega-projectos agrícolas para a segurança alimentar em Angola

Somente 4 das 14 fazendas visitadas (27%) contribuem para a segurança alimentar.

73% não contribuem quase nada para a segurança alimentar porque

- Em média, as 10 fazendas produzem somente em 2,1% da área ocupada. Da área ocupada, 97,9% atualmente não estão sendo explorados para a produção agrícola e falham consequentemente para atingir um maior nível de segurança alimentar.
- Produzem principalmente produtos como etanol ou para a cana-de-açucar para a exportação.
- Estão paradas por causa de falta de liquidez ou mau uso de fundos.

Cerca de 2,5 bilhões US$ de fundos públicos (Angola, China, Brasil e outros países) resultaram em uma contribuição abaixo de 2% do sector agroindustrial para a segurança alimentar em Angola. Tendo em conta que uma grande parte da área agora ocupada pelos complexos agroindustriais foi perdida para a produção de alimentos pelo sector familiar, o balanço dos mega-projectos para a segurança alimentar até é negativo.

3.4 Impactos ambientais dos mega-projectos agrícolas e florestais

Em 9 dos 14 mega-projectos visitados (64%) foi observado o abate de grandes áreas com árvores nativas sem fazer uso adequado da terra. No município de Cuchi há o plano de abater florestas nativas numa área total de 250.000 hectares. O antigo governador da província prevê plantar arvores de eucalipto numa área de 125.000 hectares e criar importado do Brasil nos restantes 125.000 hectares.

Um outro mega-projecto no município de Cuchi é um projecto metalúrgico. Pretende produzir ferro gusa atraves da queima de madeira para produzir aço. Devido as suas consequências desastrosas para o meio-ambiente, esta tecnologia já não é usada na Europa ou na América de Norte desde o fim do século 19. Mas uma empresa brasileira prevê o abate de árvores numa área de 260.000 hectares. Depois quer substituir com arvores de eucalipto – para queimar milhares de toneladas de madeira cada ano e contribuir substancialmente para a mudança climática.

Caso realizados, os dois projectos em curso no município de Cuchi vão agravar a seca no sul de Angola e vão secar muitos riachos que são a base da subsistência da população. As consequências desastrosas destas plantações de eucalipto são conhecidas em outros países da África Austral, como Moçambique e África do Sul.

Como ambos os projectos ainda não iniciaram as suas actividades em grande escala, ainda existe a chance de parar o pelo menos exigir um Estudo de Impacto Social e Ambiental (EISA) para minimizar os efeitos negativos.

Três dos mega-projectos visitados (21%) usam adubos químicos e pesticidas em excesso, o que tem impactos negativos para a qualidade da água da população vizinha.

4. Concorrências entre os sectores agrícola privado e familiar

Embora em grandes partes de Angola o acesso a terra pelas famílias camponesas ainda não seja muito problemático, existe o receio entre especialistas angolanos em questões de terra (ISA, Lda, 2012:3) de que os conflitos de terras poderão aumentar, considerando a demanda de terras por parte do sector empresarial. Aliás, a Política Nacional para a Concessão de Direitos Sobre as Terras (Decreto Presidencial 216/11) reconhece este facto, ao referir que "a maioria da população não tem segurança de acesso e uso da terra" e que os "sistemas de titulação, cadastro e registo da terra [são] deficientes".

Nas províncias visitadas, a maioria dos camponeses diz que tem terra suficiente para cultivar – excepto em Kuanza-Sul, onde existem casos em que a população diz que já não dispõe de terra suficiente para cultivar. Nesta Província, um projecto privado ocupou duas aldeias na sua totalidade, forçando os populares a se instalarem numa aldeia vizinha onde vivem com muitas limitações e se sentem em terras alheias. Ainda no Kuanza-Sul, duas semanas antes dos pesquisadores chegarem, os populares de três aldeias queixaram-se de uma fazenda que estaria a usurpar suas terras estimadas em cerca de 12.000 ha. Este incidente resultou na queima da viatura da Polícia Nacional que se deslocou aquelas localidades para evitar confrontos. Esta situação ocorre também em Malange, embora não muito visível, onde a SODEPAC forçou a população a deixar seu habitat para áreas que distam 15 ou mais quilómetros das aldeias originais.

Caso Fazenda Santo António, Kuanza-Sul – Um exemplo que acontece em várias localidades

Um empresário local pediu terras a população. Passado algum tempo, este vendeu as terras a um empresário que acabou por ficar com 6.000 ha. Algumas aldeias acabaram vendo-se inseridas dentro dos limites da fazenda e alegam que desconheciam do negócio entre o primeiro e o segundo empresário. Em 2012, um tribunal decretou que a terra fosse restituída as populações, mas até Outubro de 2018, nada se vislumbrou. Em Novembro de 2018, alguns populares vindos de Luanda invadiram a fazenda, publicaram fotos nas redes sociais, denunciando este caso e prometem lutar em defesa de suas terras até as últimas consequências. Informações não confirmadas indicam que o fazendeiro que ocupa a área, está a adquirir mais terras no mesmo Município, visando ampliar o seu aglomerado latifundiário.

É verdade que os investimentos são bem-vindos quando chegam com seriedade e trazem benefícios para a economia local. Porém, quando estes põem em perigo os meios de vida das populações locais, o estado devia intervir em defesa das populações, o que não parece ser o caso, nesta situação, pelo menos até ao fecho deste estudo.

SODEPAC, Malanje

Uma iniciativa do Governo que planeou explorar 410.000 ha em 3 Municípios, com 186 aldeias e uma população de cerca de 70.000. O projecto centra-se
- no cultivo de grãos diversos,
- na criação de frangos e bovinos para carne,
- na exploração florestal,
- na plantação de cana-de-açúcar e mandioca
- na produção de hortícolas e fruticultura.

Para, além disso, o projecto contempla também a educação, saúde, transporte, habitação, agricultura familiar e cadeia produtiva.

Para realizar o projecto, as populações das aldeias que se encontram na área demarcada, foram realojadas das suas áreas para outras que distam entre 3 e 15 ou mais quilómetros do seu habitat original. Em alguns casos houve indemnizações, mas há relatos de vários conflitos. Feliz ou infelizmente este projecto foi paralisado por decisão do Governo, pelo que em 10 anos não conseguiu ocupar de forma efectiva mais do 25% da área total do polo agroindustrial.

4.1 O processo da aquisição de terras pelos mega-projectos

O facto de o sector empresarial ocupar grandes parcelas pode colocar em perigo os meios de vida das gerações futuras e o aumento de conflitos fundiários poderá prejudicar tanto os investidores, como as famílias camponesas.

Neste capítulo tratamos de apresentar as estratégias usadas na aquisição de terras para os mega-projectos, sejam para fins públicos ou privados, concorrências e conflitos de terras e finalizamos analisando até que ponto os direitos humanos estão sendo violados pelo estado ou pelos investidores.

Em termos básicos, o processo de aquisição de terras envolve sempre duas partes. Por um lado, o interessado, e por outra a parte que vai ceder a terra. A Lei de Terras de Angola (Lei 9/04) diz no seu artigo 5 que *"A terra constitui propriedade originária do Estado, integrada no seu domínio privado ou no seu domínio público".* Portanto é o Estado quem cede legalmente a terra para a parte interessada.

Na maioria dos casos visitados verificou-se que foi o estado que cedeu a terra para os mega-projectos visando promover a produção agroindustrial no país. Alguns destes projectos como o da SODEPAC, fazendas promovidas pela Gesterra e várias outras fazendas foram criados pelo estado com recurso a fundos públicos obtidos através de empréstimos internacionais ou de bancos angolanos. No caso da SODEPAC, cuja dissolução foi decidida através do Despacho Presidencial n.º 155/18 de 13 de Novembro de 2018, actuava como uma agência de promoção/captação de investimentos e visando facilitar todo processo de aquisição de terra, dispensando que o investidor gaste tempo e dinheiro em processos burocráticos "normais" para obtenção do título de terra.

Há também situações em que o estado pode ceder terras à governos de outros países, como é o caso de 7.500 ha que o Governo angolano prometeu ceder ao Governo de Cabo Verde, embora parece não ter se consumado a intenção, pelo menos até finais de 2018.

A pesquisa revelou que houve grandes aquisições de terra para projectos privados cuja cedência parece não ter obedecido as regras legalmente estabelecidas. Alguns investidores utilizaram intermediários e pagaram algumas somas de dinheiro para corromperem as lideranças das aldeias e quiçá mesmo altos funcionários do estado para a emissão de pareceres favoráveis e consequentemente obtenção de títulos de concessão. Não foi por acaso que alguns gestores de grandes projectos não aceitaram ceder informações aos pesquisadores. No caso concreto, um mega-projecto visitado não permitiu que a equipe visitasse a sua localidade, aparentemente porque já tem conflitos abertos com as comunidades locais e os gestores receavam de que seriam expostos ao público através da presente pesquisa.

Conforma mostra a tabela 6, a grande parte dos projectos visitados foi elaborada pelo estado ou investidores privados sem consultas comunitárias verdadeiras. A maioria das famílias entrevistadas reportou não ter sido consultada devidamente acerca dos investimentos planeados. Outros afirmaram que cederam “apenas uma parte”, mas “o investidor acabou por alargar a área toda sem avisar” – o que significa que alguns investidores enganaram as comunidades acerca do tamanho real desejado. Também foi mencionado pelas comunidades o incumprimento de promessas por parte de investidores.

Pergunta **Respostas** **(N=14)**		**Percentagem**
1. Imposição sem consulta nenhuma	11	79%
2. Negociação com o soba sem envolvimento da comunidade	1	7%
3. Uso de Intermediários influentes	2	14%
4. Consultas com a comunidade com promessas falsas	3	21%
5. Engano da comunidade sobre a dimensão da terra	12	86%
6. Consultas comunitárias verdadeiras	0	0%
7. Violação de partes da Lei de Terra de Angola	14	100%

Tabela 6: Como correu o processo de aquisição das terras

Fonte: Visita de 14 mega-projectos nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango

Dependendo do tamanho da parcela de terra desejada, normalmente os seguintes passos devem ser dados, para obtenção de terras para fins agropecuários:

1. Requerimento do interessado dirigido à autoridade competente (Administrador Municipal, ou Governador, dependendo do tamanho requerido...)
2. Consultar a população local através do soba, apresentando o pedido de uso e aproveitamento, para que estes confirmem por escrito que o terreno está vago e não ocupado, nem abrangido pelo limite das terras comunitárias.
3. Declaração do soba da área, atestando sua concordância com o processo e a ausência de impedimentos para concessão da terra.
4. Declaração da administração municipal da área onde se encontra a comunidade, atestando não haver impedimento para emissão do título.
5. Demarcação Provisória
6. Para que toda a população tenha conhecimento do processo, a autoridade competente irá publicar um Edital, explicando a delimitação, para que, se alguém tiver algo a dizer, possa fazê-lo, no prazo de 30 dias. Esse edital é fixado nas administrações municipais e divulgado na rádio.
7. Demarcação definitiva
8. Declaração da Direcção Provincial da Agricultura da Província onde se localiza a área delimitada, atestando não haver impedimento para emissão do título.
9. Passados os 30 dias, será possível a emissão do título. Dependendo do tamanho da área delimitada, o título será emitido por ordem do Governo Provincial (terrenos com área igual ou inferior a 1000 hectares), da entidade que superintende o cadastro (terrenos com área entre 1.001 e 10.000 hectares) ou do Conselho de Ministros (terrenos com área superior a 10.000 hectares).

Há relatos da existência de grandes latifundiários angolanos, principalmente entre governadores, generais, ministros e não só que possuem mais de 10.000 ha cada. Outros vão além, mas também não fazem uso efectivo destas terras. Para obter tanta terra assim, usam esquemas em que o pai, mãe, filhos e familiares próximos requerem cada um, extensões inferiores a 1.000 ha. Porém, quando juntados pode atingir mais de 10.000 ou 25.000 ha. A razão de cada membro da família fazer solicitação separada, é simples: é para evitar que a emissão do título vá ao conselho de ministros que decide sobre as concessões acima de 1.000 ha. É assim que muita elite angolana ocupa milhares de hectares em prejuízo das populações locais.

Como foi dito, infelizmente a maioria não seguiu o que legalmente está estabelecido, ou seja, conseguiram títulos envolvendo possivelmente algum tipo de corrupção. Não é por acaso, que no momento verifica-se um aumento considerável de conflitos de terras em todo país, e em especial nas três províncias visitadas.

4.2 Concorrência sobre terras entre os sectores agrícola privado e familiar

Desde que Angola sentiu os efeitos da crise económica, entre outros causado pela queda do preço do Petróleo no mercado internacional, sobretudo em 2014, o Governo decidiu

diversificar a economia. Uma das áreas prioritárias era investir mais na agricultura em grande escala, através de obtenção de créditos e também atracção de investimento externo, seja para o sector agropecuário, agroflorestal ou mineral. Para a efectivação de todos estes projectos requer-se terras em grande escala, o que demonstra que a demanda de terras por parte dos possíveis investidores aumentou e aumentará consideravelmente, conforme ilustrada na tabela 2.

A concorrência sobre a terra não é só uma concorrência entre angolanos ricos com influência e a maioria da população, mas também uma concorrência entre angolanos e capital estrangeiro. Como ilustra a tabela 7, cerca de 1,9 milhões de hectares das 3,1 milhões hectares requeridos para mega-projectos desde 2015 são investimentos estrangeiros. No caso dos dois maiores investidores estrangeiros, Brasil e China, domina o interesse de produzir principalmente para a exportação e há pouca ligação com empresas angolanas.

País de origem	Área planificada (ha)	Área licenciada (ha)	Área de produção (ha)	Percentagem área de produção versus área planificada	Percentagem área de produção versus área concessionada
Angola	1.298.782	1.242.782	961.700	5,7	7,4
Brasil	858.500	858.500	447.500	1,8	3,5
China	642.513	642.513	12.513	0,1	3,5
Japão	75.000	75.000	0	0,0	0,0
Portugal	73.000	73.000	28.000	1,0	2,5
África do Sul	60.000	60.000	0	0,0	0,0
Grã-Bretanha	30.000	30.000	30.000	2,0	2,0
Alemanha	20.000	20.000	20.000	0,0	0,0
Cabo Verde	7.000	7.000	7.000	0,0	0,0
Estados Unidos	5.000	5.000	5.000	12,0	12,0
Países Baixos	5.000	5.000	5.000	0,0	0,0
Outros / Diversos	36.750	92.750	74.000	0,3	0,4
TOTAL	**3.111.545**	**1.590.713**	**89.718**	**2,9**	**5,6**

Tabela 7: Sumário Mega-Investimentos - Origem do Investidor

Fonte: Pesquisa internet incluindo landmatrix.org, farmlandgrab.org, páginas do Governo de Angola e visitas de campo

Investidores dos dois países que seguem na tabela, Japão e Portugal, junto somente ocupam uma área de 148.000 hectares (menos do que 2% da área total), enquanto os investimentos de origem brasileira e chinesa perfazem mais do que 1,5 milhões de hectares, 50% do total dos mega-projectos planificados.

Actualmente estima-se que apenas cerca de 2% das populações rurais tem títulos de terra. Cerca de 98% das terras tituladas estão no sector privado. A ser assim, podemos considerar que a grande maioria da terra em Angola foi concedida aos privados uma vez que as comunidades rurais não têm reconhecimento formal das suas terras comunitárias através de documentos legais e porque o processo da concessão é complicado e caro demais para famílias pobres (Pacheco: 2013).

Dados colectados no âmbito nesta pesquisa indicam que, só nos últimos quatro anos, o sector empresarial requereu em Angola cerca de 3,1 milhões de hectares. Isto é uma área cedida maior do que a província de Luanda e até o fim de 2017 a velocidade das concessões tinha acelerada. Depois da tomada de posso do presidente João Lourenço tinha cerca de dois anos enquanto não se registou grandes investimentos novos. Desde Abril de 2020 o processo da atribuição (ou, em alguns casos, a tomada de terrenos por força) reiniciou. Uma continuação desta política ameaçaria a posse de terra para as comunidades rurais em todo o país.

Apesar de que por lei o estado respeita os direitos fundiários das comunidades rurais através do reconhecimento do domínio útil consuetudinário, a titulação de terras comunitárias ainda não é uma realidade e, consequentemente, as comunidades rurais continuam a perder suas terras muitas vezes em nome de projectos públicos que no fim acabam sendo privatizados. Pior ainda é o facto de mega-projectos terem concessões de grandes extensões de terras não utilizadas efectivamente e nem permitem que populações locais usem pelo menos parte da terra, deixando as comunidades numa situação muito crítica, já que dependem da terra para sobreviver.

Esta “injustiça” explica o crescente número de conflitos fundiários visíveis, conforma ilustra a tabela a seguir:

Pergunta	Respostas	Percentagem (N =14)
Houve conflictos de terras**-** entre sector público, privado versus familiar?	11	79%
Qual é a dimensão destes conflictos?	Mais de 220 aldeias com cerca de 33.000 pessoas afectadas	Cerca de 65% da população a volta dos mega-projectos
Patentes (visíveis em disputa ou confrontação)	3	22%
Potenciais (forte potencial de evoluírem para conflitos visíveis)	9	64%
Latentes (adormecidos, mas podem se levantar)	2	14%

Tabela 8: Existência de conflitos de terra e suas dimensões

Fonte: Visita de 14 mega-projectos nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango

4.3 Violação de direitos humanos pelos mega-projectos ou pelo estado

Embora o direito a Terra como tal, não se encontra na letra da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948, o artigo 17 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, diz que “Toda a Pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade e ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade”. Por seu turno a lei angolana diz que que a expropriação de terras apenas pode acontecer para fins de utilidade pública, deve ser pago uma justa indemnização e só assim ela pode acontecer. A expropriação deve ainda seguir os termos fixados na Constituição e na lei.

Já foi mencionado num dos pontos anteriores, que Infelizmente muitos mega-projectos adquirem as terras violando os procedimentos mais elementares da Lei de terras de

Angola e do seu regulamento, não consultam nem informam as comunidades afectadas; ignoram os impactos sociais, económicos, ambientais; e não respeitam as regras democráticas, que por fim podem ser considerados como violações dos direitos humanos.

A pesquisa constatou que em todos projectos não houve uma "consulta verdadeira" da população afectada. Há projectos privados que ocuparam até aldeias na sua totalidade, privando os direitos culturais e sociais das populações. Uma aldeia está em disputa com um projecto, porque este último não deixa sequer as populações irem visitar cemitérios e a área onde ficam os seus rituais.

Em três dos projectos visitados a perda das suas lavras tinha impactos negativos para a produção de alimentos das famílias afectadas, colocando em risco o seu direito à alimentação.

Estes tipos de ocupações a luz da lei costumeira e positiva são ilegais, mas infelizmente o tratamento judicial raramente favorece as comunidades lesadas.

A tabela 9 dá um resumo da violação dos direitos humanos nos 14 mega-projectos visitados.

Tipo de direito violado	Respostas
Direito à informação	13
Direito à participação	13
Direitos culturais e sociais	01
Direito à alimentação	03

Tabela 9: Violação dos direitos humanos pelos mega projectos

Fonte: Visita de 14 mega-projectos nas províncias de Malanje, Kuanza-Sul e Kuando Kubango

Em encontros com representantes dos governos municipais e provinciais o não seguimento da Lei de Terra em Angola foi justificado pela importância que o mega-projectos teriam para a economia local ou até para a "diversificação da economia angolana". Os resultados deste estudo mostram claramente que os impactos positivos dos mega-projectos tanto para a economia local e nacional são quase nulos e não justificam de forma nenhuma a violação da lei de terra ou de direitos humanos das populações locais.

5. Sinergias entre os sectores agrícola privado e familiar

Apesar de que actualmente a competição ser cada vez mais dominante nas relações entre países, empresas, associações e outros, a pesquisa assumiu que os mega projectos, para além de trazerem fundos estrangeiros para a economia angolana (para aqueles projectos não financiados com dinheiro público de Angola), e mesmo apesar dos relatados nos capítulos anteriores, também podiam contribuir de forma positiva para a melhoria das condições de vida das populações onde os investimentos foram efectuados. Para o efeito, foram entrevistadas as populações circunvizinhas dos mega-

projectos assim como os proprietários ou os responsáveis pela gestão das fazendas. Neste capítulo apresentam-se os resultados destas entrevistas. Agrupamos os benefícios para a população local em i) criação de emprego; ii) formação em técnicas agrícola; iii) construção de infraestruturas sociais; iv) venda de insumos e apoio na comercialização agrícola.

5.1 Criação de emprego

Um dos grandes benefícios que os governos receptores dos investidores esperam é que através destes projectos sejam criados mais postos de emprego, gerando riquezas e desta forma contribuindo para a redução do índice de desemprego, êxodo rural etc. Nos projectos visitados foi prometida a criação de milhares de postos de trabalho, mas na verdade, dos 14 projectos visitados apenas dois empregam entre 200-600 trabalhadores nacionais. Isto pode ser considerado como uma grande contribuição, mas é muito pouco em relação as centenas de milhões de Euros investidos. Os demais projectos, encontram-se presentemente em falência e, por conseguinte, estão à beira do encerramento, existindo apenas seguranças e um número reduzido de pessoal administrativo que vão “guardando” as infraestruturas para evitar actos de vandalismo.

Apesar de algumas limitações de tempo, os entrevistados informaram que os empregos são de baixa qualidade, iniciando pelos salários muitos baixos pagos, chegando um trabalhador a receber mensalmente entre 13.000 Kz e 18.000 (36,00 e 50,00 Euro), agravado ao facto de nalguns casos estes magros salários não são pagos a tempo. Como resultado, alguns investidores relataram altos índices de absentismo nas suas fazendas. Já os empregados, dizem ver-se obrigado a faltar, porque o salário que auferem é irrisório. Um aspecto importante a realçar é o facto de que muitos destes postos de trabalhos são temporários e não de tempo integral, outra razão que converge para uma baixa qualidade destes tipos de emprego.

5.2 Formação em técnicas agrícolas

Uma das expectativas sobre investimento de terra em Africa é que os investidores contribuam para o desenvolvimento local, não apenas através do fornecimento de empregos e investimentos sociais, mas também através do envolvimento direto de agricultores locais e empresas de pequena escala, tais como cooperativas ou associações, na cadeia de fornecimento, acesso ao mercado etc.

10 dos 14 projectos visitados fizeram alguma formação ao pessoal local que trabalha directamente nas fazendas, em diversas áreas de acordo as tarefas especificas atribuídas ao trabalhador, mas o apoio era baixo, ou seja, esporádico, tendo em geral parado nos anos seguintes. Mesmo assim, dois casos satisfatórios foram encontrados: O de um projecto que apoiou as comunidades na criação de associações e cooperativas, ao ponto de colocar técnicos agrícolas para incentivar a população local a produzir melhor. As populações visitadas consideraram aquele apoio muito valioso, na medida em que enquanto o projecto estava em vida, tudo funcionou sem sobressaltos. Presentemente, já não o faz por se encontrar em falência financeira. Outro aspecto foi encontrado num mega-projecto com cinco unidades fabris, cujo manuseio dos equipamentos está a cargo de jovens nativos da área onde se localiza o projecto. Os

jovens foram formados por um expatriado e agora assumem o funcionamento das fábricas, sendo apenas supervisionado pelo expatriado. Pena que as unidades fabris não funcionam na totalidade actualmente porque o mega-projecto também enfrenta problemas de liquidez financeira e nem produz as quantidades mínimas que as fabricas precisam.

5.3 Construção de infraestruturas sociais

No âmbito da responsabilidade social, todos projectos prometeram fazer investimentos sociais a favor das comunidades residentes nas áreas onde se localizam os investimentos. Houve relatos, de que nalguns casos as aldeias concordaram em ceder as terras, porque lhes foi prometido a construção de infraestruturas sociais, como sistemas de água, escolas, postos de saúde e apoio a agricultura. Porém, depois de receberem os títulos de concessão de terras, a maioria dos investidores viraram as costas as comunidades, outros fizeram apenas parte do prometido e as vezes obras inacabadas.

Os resultados gerais indicam que dos 14 mega projectos, apenas 4 (29%) fizeram algum investimento no âmbito da responsabilidade social. Na província de Malanje, a BIOCOM construiu um posto de saúde, uma creche e uma escola, para além de outras actividades de carácter social. No Kuanza-Sul também foram construídas duas escolas, um posto de saúde e duas cisternas para fornecimento de água. Em computo geral, pode se dizer que a maioria dos investidores não implementou na prática a responsabilidade social corporativa da empresa. Isto trouxe em 8 dos casos visitados (57%) más relações entre o mega-projecto e a população local. Em três casos (21%) a má relação e a decepção da população local culminou em casos de sabotagem ao investimento ou roubo de equipamento e de animais.

A tabela 10 dá um resumo sobre o cumprimento da responsabilidade social:

	Número	%
Promessas feitas para a população local	14	100
Promessas cumpridas acima de 90%	1	7
Promessas cumpridas entre 50 – 89%	2	14
Promessas cumpridas 10 - 49%	2	14
Nenhuma promessa cumprida	9	64

Tabela 10: Cumprimento da responsabilidade social pelos investidores

Fonte: Visita de 14 fazendas, entrevistas com fazendeiros, gerentes de empresas, trabalhadores e a população local

5.4 Venda de insumos e apoia na comercialização agrícola

Uma boa relação entre investidores nacionais ou estrangeiros com a população local pode trazer sinergias como a cooperação na compra e venda de insumos agrícolas ou na comercialização. Exemplos encontrados em Angola são a recolha de estrumes e de

fezes de aves (guano) para fazendas e a compra de produtos dos produtores locais e a venda com uso de meios de transporte por fazendeiros.

Três dos 14 investidores entrevistados (21%) dizem estar dispostos a comprar a produção dos camponeses, desde que reúnam certas condições, tais como qualidade do produto e a capacidade de fornecer com regularidade, dado que eles têm compromissos de abastecer grandes supermercados e quiçá exportar. Porém, a população entrevistada diz nunca terem sido contactados para este efeito.

Dos 14 projectos apenas dois (14%) deram apoio em termos de sementes e utensílios agrícolas para as populações adjacentes aos investimentos. No que tange a comercialização, apenas um mega-projecto (7%) projecto chegou a comprar parte da produção dos camponeses locais. O referido projecto encontra-se agora a enfrentar problemas financeiros e deixou de implementar as actividades de apoio directo aos camponeses.

Como se pode ver na tabela abaixo e tal como referido nos pontos anteriores, alguns mega-projectos apresentaram boas intenções, como pode se ver no vídeo da SODEPAC disponível aqui (https://www.youtube.com/watch?v=AkiiuhDkxUQ), porém, os resultados na prática mostram que os impactos são ainda marginais ou até invisíveis. A tabela a seguir resume esta informação.

Tabela 11: Análise do impacto dos mega projectos no apoio directo as populações locais.

Tipo de impacto	Alto	Médio	Baixo	Nulo
Número de postos planificados versus criados	1	2	7	4
Salários	0	2	10	2
Formação para trabalhadores	0	2	8	4
Infraestruturas socias	0	2	2	9
Sementes e instrumentos agrícolas	0	0	2	12
Lavragem de terreno	0	0	1	13
Apoio na colheita	0	0	0	14
Apoio na comercialização	0	1	0	13

Tabela 11: Impactos nas 14 fazendas visitadas no âmbito do estudo

Fonte: Visita de 14 fazendas, entrevistas com fazendeiros, gerentes de empresas, trabalhadores e a população local

6. Conclusões e recomendações

6.1. Conclusões

O estudo mostrou que a Lei de Terra de Angola é raramente aplicada quando se trata de mega-investimentos na área agrícola ou florestal. Também mostrou que existe um

grande potencial para sinergias entre o sector agroindustrial e o sector familiar, más que poucas vezes este potencial é usado.

O estudo mostra claramente que a grande maioria dos mega-investimentos agrícolas e florestais na década passada não contribuíram para o desenvolvimento local nem para a diversificação da economia em Angola. Numa entrevista para o jornal português Expresso João Lourenço, o presidente de Angola foi perguntado "Em sectores como a agricultura, depois de uma aposta desastrosa em projetos megalómanos esperava-se mais...". A resposta do presidente João Lourenço era bem clara:

> *„Estou de acordo. Prova disso é que descontinuámos a filosofia de o Estado empatar milhões de dólares na montagem de grandes fazendas agrícolas para a produção de cereais e de ovos, que não deram resultados absolutamente nenhuns. (…). O nosso enfoque será, portanto, a agricultura familiar sem prejuízo de esta poder coabitar com os empresários que apostam nas grandes fazendas privadas e que merecerão também o nosso apoio. Porém, a nossa principal preocupação será o apoio à agricultura familiar."*[4]

O motivo principal é a falta de sinceridade da parte dos investidores: alguns somente usaram fundos públicos ou créditos de bancos para ocupar grandes áreas de terra agrícola sem condições e até intenções de usar estas áreas de forma produtiva. Desta forma, o estado angolano perdeu em volta de 2 bilhões de Euro para apoiar mega-projectos não viáveis, invés de usar estes fundos para apoiar o sector agrícola familiar. O apoio para o sector agrícola familiar com programas sérios e bem monitorizados parece a medida mais viável para desenvolver as extensas áreas rurais em Angola, para reduzir a importação de alimentos e para diversificar a economia.

Dois dos 14 mega-projectos visitados mostram o potencial que uma melhor cooperação entre o sector agrícola privado e o sector familiar tem. São pequenas iniciativas como a compra de sementes de qualidade por um fazendeiro e a revenda para agricultores locais, a formação de jovens nas fazendas ou o apoio da população na hora da colheita ou a comercialização da produção agrícola conjunto, aproveitando o transporte do fazendeiro. Mas estes pequenos exemplos mostram que uma boa convivência entre os dois sectores é possível, pode criar situações "win-win" (situacao em que ninguém perde e os dois lados ganham) e pode ao mesmo tempo reduzir o grande de conflitos entre mega-projectos e a população local.

6.2. Recomendações

As recomendações neste capítulo são derivadas dos resultados do estudo de campo. Para facilitar a sua análise e aplicação, são classificadas para os diferentes destinatários:

- Para investidores, sejam eles nacionais ou internacionais

[4] https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=33975:sao-conhecidos-os-que-trairam-a-patria-joao-lourenco&catid=14:entrevistas&lang=pt&Itemid=1090

- Para o Governo de Angola
- Para a sociedade civil angolana

Recomendações gerais

- O potencial para sinergias entre o sector privado e o sector familiar deveria ser mais explorado. Áreas de cooperação já deveriam ser exploradas e definidas durante o processo da negociação dos terrenos.
- Os Serviços da Extensão Agrícola do Ministério de Agricultura deveriam ser preparados para apoiar a cooperação entre o sector privado e o sector familiar agrícola e para apoiar a mediação de conflitos entre os dois sectores.

Recomendações para investidores

- Investir na formação de jovens locais
- Combinar os conhecimentos de jovens licenciados nas faculdades de agronomia com a experiência práctica de jovens das aldeias locais.
- Investir em salários dignos para evitar a fuga dos trabalhadores
- Aproveitar melhor as sinergias com o sector agrícola familiar, especialmente nas áreas de produção e distribuição de sementes, practicas agrícolas melhoradas e comercialização de produtos agrícolas.

Recomendações ao governo de Angola

- É necessário acabar com a práctica da não aplicação de normas da Lei da Terra para entregar terras de grande dimensão para empresas privadas ou públicas com o argumento do “interesse público”. O “roubo” de terras agrícolas das comunidades nunca deve ser justificado com o interesse público porque coloca o interesse dos investidores acima dos interesses das comunidades rurais.
- Fazer consultas comunitárias verdadeiras sempre que direitos e interesses de comunidades rurais sejam atingidos.
- Cada processo de concessão de grandes áreas agrícolas e florestais deve ser revisado durante os próximos dois anos, ouvindo as vozes dos investidores e da população afectada. Em todos os casos onde o processo não cumpriu a Lei da Terra, o processo anterior deve ser anulado, dando a chance para o investidor de iniciar um novo processo com consultas comunitárias verdadeiras.
- Em casos que a revisão mostra que a terra foi ocupada ilegalmente ou que o investidor somente usa uma pequena parte da terra cedida de forma útil e efectiva, a terra deve ser devolvida para as comunidades rurais.
- Sempre que comunidades rurais perderem a sua terra na totalidade ou parcialmente devem receber indemnizações justas; o processo da definição das indemnizações deve ser transparente.

- É necessário criar um cadastro das áreas rurais em Angola de forma transparente e reconhecendo as áreas comunitárias.

- Alguns dos projectos existentes que visam aumentar as capacidades do sector familiar têm bons conceitos. Mas a falta de uma monitoria local adequada resulta na "privatização" de muitos fundos que são destinados ao sector familiar. É necessário instalar sistemas de monitoria profissional com participação de actores da sociedade civil. Também precisa-se instalar instâncias de reclamação independentes, que podem der contactadas pelo grupo-alvo destes programas.

- Não será necessário aumentar o orçamento do governo para ter impactos visíveis para o desenvolvimento rural, o aumento da segurança alimentar e uma verdadeira diversificação da economia angolana. Será suficiente aplicar as verbas que o governo e bancos públicos gastaram no passado para "mega-projectos fantasmas" no futuro para programas que visam o aumentam da capacidade productiva do sector familiar. O sector privado agrícola em Angola poderia ter um papel importante de "facilitador" e "cooperador" nestes programas.

Recomendações para a sociedade civil angolana

- Até agora existem poucos exemplos onde a sociedade civil angolana conseguiu defender as terras de comunidades rurais contra interesses de investidores nacionais ou internacionais. É necessário juntar as forças entre ONGs nacionais e parceiros internacionais. O exemplo da luta conjunta contra o mega-projecto Horizonte 2020 do político Silvestre Tulumba mostra que é possível até travar ocupações ilegais de pessoas bem influentes. Este tipo de aliança deve ser a regra geral e não uma exceção.

- Continuar o esforço de apoiar associações de produtores, principalmente nas áreas temáticas de associativismo, gestão financeira, pequenos sistemas de regadio e comercialização de produtos agrícolas.

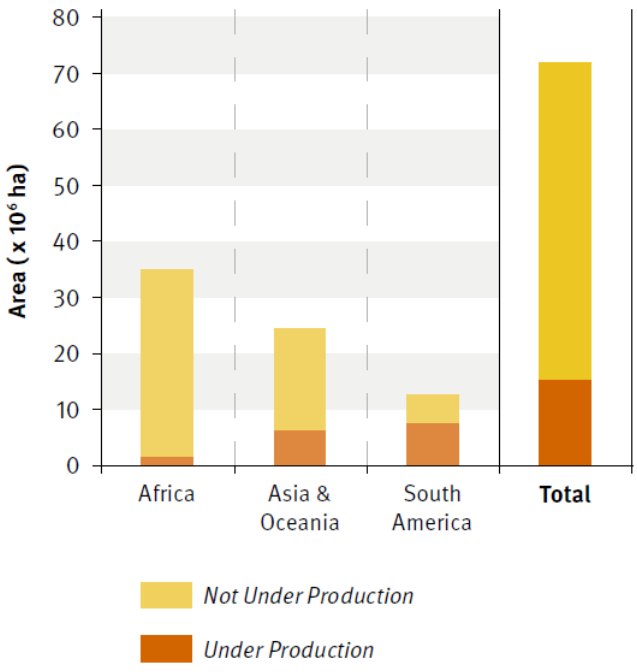
Excursos

Efeitos da aquisição de terras em grande escala em África

MISEREOR, a Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento, editou recentemente um estudo sobre esta questão que também pode-se aplicar no que se refere a Angola. O estudo revelou – ou em alguns casos confirmou o que já estava conhecido ou suposto há algum tempo – que as aquisições de terras em larga escala (em inglês: large-scale land acquisitions – LSLA) não tiveram os efeitos prometidos referente ao incremento dos rendimentos e da segurança alimentar. Longe disso, pôde ser provado claramente que em muitos casos as aquisições de terra em grande escala tiveram efeitos prejudiciais para as populações locais afetadas e também consequências antagônicas aos abastecimentos alimentares tanto local como no contexto mais vasto já que estas aquisições, em geral, têm reduzido o rendimento das áreas em questão.

Para o estudo, foram investigados 399 negócios de terreno de grande dimensão na África. Mas os resultados mostram que apenas um 11 por cento da área que foi transferida no prazo destes mega-investimentos é efetivamente usado pela agricultura. Isto quer dizer que uma percentagem de 89 % destas áreas não se encontra produtiva atualmente. Utilizando a base de datas de Land Matrix, globalmente um 20 por cento das áreas aquiridas a través de investimentos em grande escala encontra-se em estado produtivo. A produtividade das fazendas de um tamanho de em cima de 200 hectares, em termos da percentagem da terra em produção, conforme mostrado no gráfico abaixo, parece estar maior na América do Sul e na Ásia. Na África, no entanto, somente 2 milhões hectares de 36 milhões hectares estão utilizados para a produção agrícola.

Area acquired and under production based on the Land Matrix dataset 2017
(D'Odorico et al. 2017)



Este padrão que tem validade para a África em total, pode-se encontrar também em Angola, como especificará o presente estudo. Ademais, uma grande parte das culturas agrícolas produzidas naquelas áreas não são produtos alimentares para consumo humano: Dos 919 negócios de terreno que estaõ registados na base de dados de Land Matrix, pelo menos um 34 por cento visa produzir mercadorias agrícolas não comestíveis como algodão.

Quanto menor a quinta, maior a produtividade por área

Além disso, outros estudos indicam que os rendimentos por área não aumentam com a extensão das quintas e fazendas. Pelo contrário, demonstram alguns estudos considerados pelas pesquisadoras que, pelo geral, fazendas mais extensas tendem a ter um menor rendimento por hectare comparadas com as suas contrapartes menores baixo as mesmas condições agro-ecológicas. A razão para tanto é a maior diversidade de culturas agrícolas produzidas pelos camponeses e produtores pequenos e também pelo maior uso de mão-de-obra nas quintas pequenas. Esta relação inversa entre dimensões da empresa agrícola e produtividade está exaustivamente documentado na literatura sobre o desenvolvimento agrário. Um estudo recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indica que 84 por cento das fazendas no mundo são quintas pequenas que dispõem de menos de 2 hectares. Embora somente ocupem 12 por cento da superfície áravel da terra, elas produzem 35 por cento dos alimentos consumidos mundialmente. Isto significa que as fazendas grandes não produzem sequer o dobro de alimentos, apesar de ocuparem mais de sete vezes mais terra do que todas as pequenas quintas juntas. Portanto, embora as fazendas grandes tenham a maior produtividade laboral, as quintas pequenas têm a maior produtividade por área. Porém, uma alta produtividade laboral significa pouco emprego por área. Assim, uma fazenda obtida por LSLA emprega normalmente entre 0.1 e 1 pessoas por hectare, ao passo que nas quintas pequenas está a trabalhar regularmente mais do que uma pessoa por hectare (até 3.77 trabalhadores por hectare), como é reportado constantemente. Levando em conta a elevada taxa de desemprego na maioria das zonas rurais, uma alta produtividade laboral certamente não é o objetivo que devia-se aspirar.

Consequências das aquisições de terra para as populações locais

De acordo com o estudo de MISEREOR, as perdas do acesso à terra e aos recursos naturais são os danos que a população local sofre mais frequentemente pelas aquisições de terra em grande escala. Na maioria das vezes, estas aquisições realizam-se sem indemnização nenhuma, mas, em alguns casos, com violência. A dimensão do impacto para a população afetada depende, evidemente, do uso prévio da terra. Porém, o impacto para as populações próximas dos LSLA é geralmente considerável. Confirma o estudo também que as LSLA visam, em dimensão significante, os terrenos públicos ou terras comunitárias que estão considerados terrenos improdutivos ou ‘terras ociosas’. Aquilo conceito está beaseado, obviamente, é uma suposição tendenciosa ou, pelo menos, questionável. A maioria das terras, embora não esteja dedicada à agricultura, tem relevância para os meios de vida (“livelihoods”) da população local. E são principalmente os grupos marginalizados, tal como povos indígenas, pastoralistas, mulheres, e imigrantes, que precisam de recorrer às chamadas terras improdutivas pelo seu sustento. Estas terras lhes servem como reserva de lenha, como zonas de caça ou para a recolha de plantas, cogumelos ou

bagas selvagens. Além disso, muitos pastoralistas ou agro-pastoralistas precisam as terras como áreas de pastagens ou para a passagem dos seus animais. Ademais, as chamadas ‘terras improdutivas’ podem ter valores e significados religiosos e identitários como terras ancestrais tanto como valores turísticos sem falar sequer do seu valor ecológico que pode deteriorar significamente se estiverem divididos por uma cerca.

Fontes:

Neudert, R. and L. Voget-Kleschin. 2021. What are the effects of large-scale land acquisitions in Africa on selected economic and social indicators? For: Policy and Global Challenges Department, Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR e. V. https://www.misereor.org/fileadmin/user_upload_misereororg/publication/en/foodsecurity/study-LSLA.pdf

D'Odorico, P., M. C. Rulli, J. Dell'Angelo, and K. F. Davis. 2017. New Frontiers of Land and Water Commodification: Socio-Environmental Controversies of Large-Scale Land Acquisitions. Land Degradation & Development 28(7):2234–2244.

Lowder S., Sánchez M. and R. Bertini. 2021. Which farms feed the world and has farmland become more concentrated? World Development 142. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X2100067X

Anexos:

Anexo 1 - Documentos Consultados no Âmbito do Estudo

Almeida Filho, J. (2017), Os Direitos Fundiários a Lei de Terras em Angola, Dundo, Angola

Mesa Redonda das ONGs Alemãs em Angola (2018), Angola: Landkonflikt In Curoca-Cunene, Bericht über die Fact-Finding-Aktivitäten in Kalueque, Bona, Alemanha

ANGOP (2013), http://cdn1.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2013/6/30/Responsavel-considera-agroindustria-vector-desenvolvimento,15e8dc-6b50-4617-85b2-c3044f309ba6.html

ANGOP (2016), http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/1/7/Cuando-Cubango-Projecto-fazendas-impulsiona-economia,b6f5fef6-3cf6-45c8-9fdb-5af7c083a002.html

Cotula, L., Vermeulen, S., Leonard, R. and Keeley, J., (2009), Land Grab or Development Opportunity? Agricultural Investment and International Land Deals in Africa, IIED/FAO/IFAD, London e Roma

BMZ (2012), Investititionen in Land und das Phänomen des „Land Grabbing“ – Herausforderungen für die Entwicklungspolitik, BMZ Strategiepapier 2, Bona e Berlin

Cain, Allan (2013), Angola: Land, resources and conflict, Luanda

Ecofinagency (2017) http://www.ecofinagency.com/public-management/1210-37575-angola-the-state-will-recover-all-agricultural-lands-awarded-but-not-used

FAO (2012), Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security, Roma, Italia

FAO (2014), Plataforma de conocimientos sobre agricultura familiar - A holistic approach to community-based natural resource governance: The cases of Bie, Huambo, and Huila Province, Rome, Italien
http://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/288801/

FAO (2016), Improving governance of pastoral lands Implementing the Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security, Roma, Italia

Farmlandgrab.org (2016), Feeding the world’s most populous nation – Sino-lusophone agricultural co-operation proves to be a win-win for all
https://www.farmlandgrab.org/post/view/25871-feeding-the-worlds-most-populous-nation-sino-lusophone-agricultural-co-operation-proves-to-be-a-win-win-for-all

Filipe, Paulo (2015), Nós e a terra – Mitos e percepções sobre a nossa relação com a terra, Luanda

Governo de Angola (2011): Decreto Presidencial 216/11 do dia 8 de Agosto 2011 (Concessão de direitos de terra)

Governo de Angola (2004), Lei da terra, Luanda

GRAIN (2014), Hungry for Land - Small farmers feed the world with less than a quarter of all farmland, Report May 2014, Barcelona, Espanha

Hara et al (2017) , Community opportunities in commercial agriculture: Possibilities and challenges, Working Paper 48. PLAAS, UWC: Kapstadt, África do Sul

Huffpost (2014), https://www.huffingtonpost.com/zandre-campos/why-its-critical-to-culti_b_9643300.html

Fundo Monetário Internacional (2013), What drives the global land rush?, preparado por Rabah Arezki, Klaus Deininger and Harris Selod, Bretton Woods, USA

Neves Quitari, Garcia (2015), Agricultura familiar em Angola: as armadilhas conceituais da classificação dicotómica, Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais, Luanda

Pacheco, Fernando (2013), Contribuicao para definicao de uma estrategia de Agricultura Sustentável para o Huambo, Luanda http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd03_04ppacheco.pdf

Rede Terra (2009), Angola Lei de Terras em Angola - Contexto e Processo de Aprovação, Luanda

Via Campesina (2017), Struggles of Via Campresina for Agrarian Reform and the defense of life, land and territories, Harare, Zimbabué

Anexo 2 - A Dimensão de Mega-Investimentos Agrícolas e Florestais em Angola

Deal ID (Land Matrix) / Número por fonte V = Visitado	Local	Nome do investidor	País de origem do investidor	Plano de investimento	Área planificada	Área da concessão	Área de produção	Tipo de contrato	Plantas cultivadas	Fonte de informação
Bengo										
6 (LM 1101)	Província Bengo	Atlantica Group , Nzogi Yetu, Coroa Gest, Lion	Portugal, Angola	Agricultura diversa	20.000	5.000	0	Concessão	Óleo de palma	Land Matrix
13	Província Bengo	Não conhecido (o projecto foi anunciado pela Camara Angola-China para Comercio	China	Agricultura diversa	20.000	0	0	Concessão	Cana de açúcar	https://www.farmlandgrab.org/post/view/26734-angola-and-china-intend-to-implement-sugarcane-projects-in-bengo
20	Província Bengo	Cia de Bioenergia de Angola Lda (Biocom) (40 porcentos na posse de Odebrecht e 40 porcentos na posse da companhia Angolana Cochan SA, qual é controlado pelo general Leopoldino Fragoso do Nascimento Sonangol tem 20 porcentos)	Angola, Brasil	Cana de açúcar e produção de etanol	42.000	42.000	3.000	Concessão	Cana de açúcar, etanol	https://www.farmlandgrab.org/post/view/24964-angolas-750-million-sugar-to-fuel-project-to-start-in-june https://macauhub.com.mo/2018/11/16/pt-companhia-de-bioenergia-de-angola-fecha-campanha-de-2018-com-producao-de-73-mil-toneladas-de-acucar/
31	Município de Caxito, Província de Bengo	Caxito Rega, SA. (70 % Estado Angolano e 30% companhias privadas)	Angola	Agricultura diversa	50.000	50.000	4.628	Concessão	Agricultura diversa	Rede Terra Angola
Total Bengo (4 investimentos)					**132.000**	**97.000**	**7.628**			
Cunene										
7 (LM 1103)	Província de Cunene	Quifel Holdings	Portugal	Biocombustível, alimentos diversos	40.000	10.000	0	Concessão	Jatropha, arroz, gergelim, soja, girassol	Land Matrix
17	Município de Curoca, Província Cunene	Silvestre Tulumba, "PROJECTO HORIZONTE 2020"	Angola	Agricultura	32.000	32.000	700	Concessão	Não conhecido	Estudo publicado por ISSA, Alemanha; Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=fbL_Cx3qaMw
18	Calueque, Província de Cunene	Marubeni Corp.	Japão	Agricultura	75.000	0	0	Concessão	Cana de açúcar	https://www.farmlandgrab.org/post/view/23098-japans-marubeni-corp-to-produce-sugar-
56	Município de Ombadja e Curoca, junto a Barragem hidroelétrica de Calueque, Província de Cunene	Megaprojeto agropecuária denominado "Fazenda Vale Silvestre" no Projecto Agro-industrial "Esopak, que previa produzir Cereais, hortaliças, ração animal e criação de gado	Angola Proprietários ou investidores principais investidores Silvestre Tulumba Kaposso e figuras como Kundi Pahaiama, Pedro Mutindi e Paulo Cassoma em parceria com algumas empresas Internacionais.	O Investimento é ligado ao Silvestre Tulumba Kaposse, num conjunto de 11 Projectos, com cerca de 1,4 Mil Milhões de Dólares americanos, aprovados pelo Governo Angolano.	85.000	85.000	170	Concessão	Agricultura diversa	SOS- Habitat-Acção Solidária
Total Cunene (4 investimentos)					**232.000**	**127.000**	**870**			

Huambo										
46	Huambo	General Nunda	Angola	Agricultura diversa e gado bovino	30.000	30.000	0	Concessão		Fonte de Kwanza Sul.
Total Huambo (1 caso)					**30.000**	**30.000**	**0**			
Huila										
23	Província da Huila	Grupo Etosha (GE) do Paulo Kassoma	Angola	Gado bovino e produção de batata reina	10.000	10.000	10.000	Concessão	Gado bovino e produção de batata reina	AGRIX 2015: DUTCH AGRIFOOD PRIVATE SECTOR INVOLVEMENT IN ANGOLA
25	Lubango, Província da Huila	Mecanagro	Angola	Agricultura	30.000	30.000	4.000	Concessão	Hortícolas diversas	AGRIX 2015: DUTCH AGRIFOOD PRIVATE SECTOR INVOLVEMENT IN ANGOLA
30	Municípios de Chibia e Cuvango, Província da Huila	Jardins da Yoba	Angola	Agricultura	15.000	15.000	600	Concessão		Rede Terra Angola
40	Norte da província Huíla (Quilengues?)	American Tobacco	Estados Unidos / Grã Bretanha	Produção de tabaco	10.000	10.000	1.200	Concessão	Tabaco	Fonte: Alípio Oliveira, Lubango (As carrinhas deste são vistas constantemente na Huíla, Lubango porque já no passado colonial eles compravam tabaco angolano de Quilengues)
41	Norte da Huíla, Quilengues	Jembas	Angola	Agricultura diversa, gado bovino, produção agrícola não-alimentar, madeira	10.000	10.000	1.000	Concessão	Agricultura, exploração de madeira, criação de gado bovino, aves para frango	Fonte: Alípio Oliveira, Lubango
42	Município do Kuvango	SRR (Rui Kapossi, irmão do Tulumba)	Angola	Produção Agrícola e industria	5.000	1.500	1.500	Concessão	Milho, arroz	Fonte: Alípio Oliveira, Lubango
43	Município da Matala Perímetro Agrícola, Huila	Empresa Chinesa	China	Produção Agrícola e indústria	513	513	440	Concessão	Milho, arroz, hortícolas..	Fonte: Alípio Oliveira, Lubango
47	Huila	Fazenda Mumba, Omatapalo, Fernando Nascimento	Angola	Milho, arroz, trigo, soja	22.000	22.000	15.000	Concessão	Milho, arroz, trigo, soja	Fonte de Kwanza Sul.
Total Huila (8 cases)					**102.513**	**99.013**	**33.740**			

Kuando Kubango										
21 (V)	Longa, Província de Kuando Kubango	Gesterra	Angola (construção (3 anos) e gestão inicial (2 anos) por uma empresa chinesa; financiamento angolano e chinês)	Arroz	12.000	12000	0	Concessão	Arroz	AGRIX 2015: DUTCH AGRIFOOD PRIVATE SECTOR INVOLVEMENT IN ANGOLA, página 82 f.
26	Município de Menongue, Província Kuando Kubango	Grupo Agropecuária Rio Cafuma	Angola	Agricultura; Produção anual de 64 mil toneladas de milho e 20 mil toneladas de soja	2.000	0	0	Concessão	Soja	http://www.redeangola.info/menongue-tera-fazenda-avaliada-em-usd-206-milhoes/
27	Município de Cuchi, Província de Kuando Kubango	Ex-ministro e ex-general Higino Carneiro (em conjunto com investidores brasileiros); Tentaram receber apoio do Banco Nacional para Desenvolvimento BNDES do Brasil (resultado nao conhecido).	Brasil, Angola	Eucalipto, gado bovino	250.000	0	250	Concessão (50 fazendas, cada uma com 5.000 hectares)	Plantação de eucalipto, criação de gado bovino, aves para frango	http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/1/7/Cuando-Cubango-Projecto-fazendas-impulsiona-economia,b6f5fef6-3cf6-45c8-9fdb-5af7c083a002.html
49 (V)	Kuando Kubango, Município de Cuchi	Bovinos Sudoeste de Angola (BSA) + Costa Negócios, Modolax, LM-Grupo (Brasil)	Angola, Brasil	Projecto de constituição de 50 fazendas	20.000	10.000	0			Fonte de Kwanza Sul. Constituição 50 Fazendas no Cuchi: produção hortícola, pecuária e eucaliptos -abastecimentos dos fornos da Companhia Siderúrgica do Cuchi, (94 km oeste de Menongue) onde passa caminhos de ferro Mocâmbes https://www.sapo.pt/noticias/brasileiros-instalam-no-sul-de-angola-40_56cad8689df0077f55b4b77d
53	Município do Cuchi, Província do Cuando Cubango, a 90 Km da Cidade de Menongue	Parceria entre o Governo angolano e as empresas Brasileiras Costa Negócios, Modolax e LM-Grupo	Brasil, Angola	Megaprojeto agropecuário que tem como objectivo produção da carne bovina para o consumo nacional e exportação	250.000	250.000	2.000	Agricultura diversa		Jornal de Angola, edição nº 25 de 2 de 2016 Visita do local e entrevistas da Mbakita, Menongue
57 (V)	Cuchi, Provincia Kuando Kubango	Companhia Siderúrgica do Cuchi (com sede em Luanda)	Brasil	Construção de três fabricas de ferro gusa e exportação via navios	260.000	60.000	2.000	Produção de ferro gusa usando madeira de eucalipto nos fornos.		Visita do local e entrevistas da Mbakita, Menongue
Total Kuando Kubango (6 investimentos)					**794.000**	**332.000**	**4.250**			

3 (LM 1094)	Província Cuanza Norte	Gleinol	Portugal	Biocombustíveis	13.000	13.000	700	Concessão	Jatropha	Land Matrix
Total Kwanza Norte (1 investimento)					**13.000**	**13.000**	**700**			
Kwanza Sul										
9 (LM 4843)	Kuanza Sul, Angola	Governo do Cabo Verde	Cabo Verde	Agricultura diversa	7.000	7.000	0	Concessão	Milho	Land Matrix
10 (LM 5283) (V)	Fazenda Santo António, Quibala, Kuanza-Sul	Investivemento privado nacional.	Angola -- 58 milhões de USD-PCA do Banco BIC	Agricultura diversa, gado bovino, producao agricola nao alimentar	14.000	5.500	3.000	Concessão	Mandioca, cereais, milho, animal food, soja, hortícolas	Land Matrix
11 (LM 5285)	Aeroporto Waku-Kungo, província Kuanza Sul	Grupo Tahal	Países Baixos	Gado bovino e agricultura diversa	5.000	5.000	0	Concessão	Milho, fruticultura, pimenta, batata reina, mandioca, soja, girassol, batata doce, tomato, hortícolas	Land Matrix
14	Comuna de Gangula, Municipio de Sumbe, Kwanza Sul	General Eusébio de Brito Teixeira, Governador de Kwanza-Sul, co-proprietário de Ebrite Filhos Ltd.	Angola	Gado bovino e agricultura diversa	30.000	30.000	0	Concessão	Nao conhecido	https://www.makaangola.org/2016/01/land-grabbing-as-a-path-to-riches-and-status-in-angola/
15	Província Kuanza Sul	Sindika Dokolo	Angola	Agricultura	7.632	0	0	Lease / Concession	Nao conhecido	https://www.makaangola.org/2016/02/as-terras-do-genro-do-presidente-e-a-burrice-numerica/
32 (V)	Município da Quibala, Comuna de Cariango, Província Kuanza Sul	Terra do Futuro (Sponsored by Bank BDA)	Angola	Agricultura	35.000	35.000	80	Concessão		Rede Terra Angola
34 (V)	Província Kuanza Sul, Município da Quibala	Grupo Nova Agro Líder, S.A.	Angola (com gestão portuguesa)	Agricultura	15.000	10.000	3.000	Concessão		Rede Terra Angola
35	Kilenda e Amboim, Kuanza-Sul	Programa Sócio Agro-Indústria do Kwanza Sul (Prosai) promovido pelo GoA e o sector privado	Angola	Agricultura	195.500	7.500	0	Concessão	Palmar com 17 fabr	http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2014/0/2/Programa-agroindustria-relanca-producao-dendem-Kwanza-Sul,3b3adfb6-7fa9-47b9-b7d0-a49b00c580a9.html
36	Sumbe e Porto Amboim, Kuanza Sul	Programa de relançamento do algodão (GoA)	Governo de Angola ($ 14.756.000) e Governo da Coreia de Sul ($ 15.981.000)	Agricultura	5.000	2.500	500	Concessão	Produção de algodã	http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/5/24/Cuanza-Sul-Producao-algodao-esta-forja,4337b097-86bf-4502-ae6e-784f2892243b.html

Kwanza Sul										
37	Waku Kungo, Província Kuanza Sul	SEDIAC	Angola	Agricultura	10.000	10.000	0	Propriedade do estado	Agricultura	Ernesto Cassinda, ACM Kuanza Sul
39	Província Kuanza Sul, Município da Quibala	REFRIANGO de Angola	Angola (empresa internacional e presença em 10 países. A sede em Angola é em Luanda	Agricultura, fruticultura	4.500	4.500	600	Concessão	Agricultura - batata rena, cebola, cenoura	Ernesto Cassinda, ACM Kuanza-Sul
44	Município Mussende, Província Kwanza-Sul	General Alberto Neto	Angola	Agricultura diversa e gado bovino	65.000	65.000	0	Concessão	Agricultura diversa e	Fonte de Kwanza Sul. Não há informação recente (projecto foi anunciado em 2015). General A. Neto tem uma concessão de 65.000 ha em Kwanza-Sul e está procurando parceiros para o investimento e a gestão conjunta
45	Kwanza-Sul (sem informação detalhada)	Dr. Janus Salai e ex-colonos alemães	Angola e Alemanha	Agricultura diversa	40.000	40.000	0	Concessão	Agricultura diversa	Fonte de Kwanza Sul. Não há informação recente (projecto foi anunciado em 2014). Dr. Janus informou o governo que queria produzir numa área total de 40.000 ha, mas que ainda estava a procuro de parceiros.
48	Kwanza-Sul, Município Waku-Kungo	SEDIAC - Fazenda média 13	Angola		18.000	13.000	5.000	Concessão		Fonte de Kwanza Sul.
54	Município do Mussende, Província do Cuanza Sul	Fazenda CAP, pertencente a família do actual Presidente da República de Angola, João Goncalves Lourenço. Está registrado no nome dos filhos.	Angola	Segundo as empresas foram mobilizados mais de 800 Milhões de Euros para criar 50 fazendas de cerca 5.000 hectares.	45.000	45.000	800	Concessão	Agricultura diversa	SOS- Habitat-Acção Solidária
55	Localidade de Kabila,	A Fazenda "Mato	Angola	Presume-se que	7000	4000	2500	Concessão	Agricultura diversa	Fonte anónima que trabalhou naquele
Total Kwanza Sul (16 investimentos)					**503.632**	**284.000**	**15.480**			

Luanda										
33	Município Icolo e Bengo, província de Luanda	Pólo Integrado de Desenvolvimento da Quiminha (apoiado pelo governo de Angola)	Angola	Agricultura	100.000	100.000	5.000	Concessão		Rede Terra Angola
52	Zona do Banza Quitel,	Projecto	Angola	Com mais de 700	5.000	5.000	900			Jornal de Angola, edição de 17/04/2017
Total Luanda (2 investimentos)					**105.000**	**105.000**	**5.900**			
Malanje										
1 (LM 6794)	Cangandala, província de Malanje	Fazenda Socomia (Angola), Somdiaa (França, 45%)	Angola, França	Milho e outros cereais	[5.000]	[5.000]	[800]	Milho	Lat: -9.7887675; Lng: 16.4302811	Land Matrix (2021)
4 (LM 1098) (V)	Cacuso, província de Malanje	BIOCOM Lda.: Odebrecht S.A. (40%), Grupo COCHAN (40%), Sonangol (20%)	Angola, Brasil	Biocombustíveis, produção de açúcar, etanol	[81000]	[81000]	[11000]	Concessão	Cana de açúcar, etanol	Land Matrix http://angolarising.blogspot.com/2012/05/angolas-sweet-success.html
8 (LM 4565)	Malanje, Angola	Grupo Tai Hoa Vietnam, Empresa de consultoria do Brasil e produtor de café Angolano (não conhecidos)	Vietnam , Brasil, Angola	Agricultura diversa	6.000	6.000	0	Concessão	Café	Land Matrix; https://www.reuters.com/article/vietnam-coffee-angola/vietnam-to-help-angola-rejuvenate-coffee-production-idUSL3E8IA34W20120712
16 (V)	Municípios de Cacuso, Malanje e Cangandala (Província de Malanje)	Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda - SODEPAC (Cimagro Lda,	Angola, Brasil	Implementação do Polo Industrial de Capanda	411.000	411.000	16.000	Concessão	Polo agroindustrial para cana de açúcar, milho e outras culturas de rendimento	https://www.farmlandgrab.org/post/view/27403-angola-companies-invest-over-usd-300-million-in-agro-industry; https://macauhub.com.mo/2017/12/29/pt-investimentos-no-polo-de-capanda-em-angola-
22 (V)	Macuso, província de Malanje	Fazenda Pedras Negras (antigamente gerida por Gesterra)	Angola	Agricultura	[26000]	[26000]	0	Concessão	Planificado: agricultura diversa, arroz, horticultura,	AGRIX 2015: DUTCH AGRIFOOD PRIVATE SECTOR INVOLVEMENT IN ANGOLA
24	Macuso, província de	Fazenda Pungo	Angola	Agricultura	[33000]	[33000]	0	Concessão	Feijões e milho	AGRIX 2015: DUTCH AGRIFOOD PRIVATE
Total Malanje (6 investimentos)					**417.000**	**417.000**	**16.000**			

Moxico										
2 (LM 6106)	Camanongue, província de Moxico	Quantum Global Investment	Angola	Milho, feijão e soja, gado suino	16.000	12.700	650	Concessão	Milho, feijão e soja, gado suino, hortícolas	Land Matrix (2021) https://www.pressreader.com/angola/jornal-de-angola/20161031/281535110541933
28	Projecto Camaiangala, Município Camanongue, Província de Moxico	Gesterra e um general desconhecido	Angola (Governo e investimento privado)	Agricultura	22.400	0	0	Concessão		Malungo Germano, LWF Angola; https://www.afrika-sued.org/files/presensation_land_conflicts_malungo_germano.pdf
50	Sacassange, Município	Sacassange	Israel	alimentos,	16000	16000	0	Concessão	Ovos, vegetais,	https://agricultiva.com/en/
Total Moxico (3 investimentos)					**54.400**	**28.700**	**650**			
Uíge										
5	Província de Uíge	Lonrho Plc	Grã Bretanha	Agricultura de	25.000	25.000	0	Concessão	Arroz	Land Matrix
Total Uíge (1 caso)					**25.000**	**25.000**	**0**			
Várias províncias										
12 (LM 5661)	Kuando Kubango, Negage (província de Uige), Cacuso	Costa Negócios	Brasil	Agricultura não especificado	25.000	25.000	3.000	Concessão	Milho, soja	Land Matrix
19	Diversas províncias	CITIC	China	Agricultura e criação de gado bovino	110.000	0	0	Concessão	Soja, milho, cana de açúcar, gado bovino	https://www.farmlandgrab.org/post/view/25871-feeding-the-worlds-most-populous-nation-sino-lusophone-agricultural-co-operation-proves-to-be-a-win-win-for-all
29	Províncias de Malanje e Kuanza Sul	Não conhecido (acordo entre os governos de Angola e China)	China	Agricultura	500.000	0	0	Concessão	Não conhecido	http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=21231:pr-pede-credito-25-bilhoes-de-dolares-a-china&catid=8:bastidores&lang=pt&Itemid=1071
38 (V)	Quibala (Kuanza Sul província), Kambondo (Kuanza Norte província)	Investimento privado-financiado pelo BDA	Angola	Agricultura	8.000	8.000	1.500	Concessão	Produção de variados productos e agropecuária etc.	Ernesto Cassinda, ACM Kuanza Sul A fazenda na Qibala foi visitada; tem boa relação com as aldeias vizinhas; sérios problemas financeiros e de obter divisas; ficou com pouco pessoal qualificado e o futuro parece inseguro
51	Gauteng, África do Sul	Trooper Group of Companies (Pty)	África do Sul	Produção de milho e soja, principalmente para exportação	60.000	0	0	Concessão	Milho e soja	farmlandgrab.org | Trooper Group of Companies (Pty) Ltd to invest $525M to cultivate to 60,000 hectares of land in Angola
Total várias províncias (5 investimentos)					**703.000**	**33.000**	**4.500**			
Área total área Land Matrix + investigação Rainer Tump + Rede Terra + ACM-KS + Olípio Oliveira + investi					**3.111.545**	**1.590.713**	**89.718**			

Anexo 3 - Os 15 maiores Mega-Investimentos Agrícolas e Florestais em Angola

Os 15 maiores investimentos em Angola por área planificada									
Ordem por área planificada	**Local**	**Nome do investidor**	**País de origem do investidor**	**Plano de investimento**	**Estado da negociação**	**Estado da implementação**	**Área planificada**	**Área da concessão**	**Área de produção**
1	Províncias de Malanje e Kuanza Sul	Não conhecido (acordo entre os governos de Angola e China)	China	Agricultura	Não conhecido	Anunciado em 2015	500.000	Não conhecido	Não conhecido
2	Municípios de Cacusso, Malanje e Cangandala (Província de Malanje)	Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda - SODEPAC (Cimagro Lda, Odebrecht Angola Lda, APB, e Sagia); Biocom, inclui as fazendas Pungo-a-Ndongo e Pedras Negras	Angola, Brasil	Implementação do Polo Industrial de Capanda	Não conhecido	Não conhecido	411.000	411.000	16.000
3	Cuchi, Provincia Kuando Kubango	Companhia Siderúrgica do Cuchi (com sede em Luanda)	Brasil	Construção de três fabricas de ferro gusa e exportação via navios	Contracto assinado	A primeira fábrica está construída	260.000	60.000	2.000
4	Município de Cuchi, Província de Kuando Kubango	Ex-ministro e ex-general Higino Carneiro (em conjunto com investidores brasileiros)	Brasil, Angola	Eucalipto, gado bovino	Ainda nao legalizada	Segundo o investidor, uma fazenda modelo que deveria ser operacional; na área quase nada foi encontrado	250.000	0	250

Ordem por área planificada	Local	Nome do investidor	País de origem do investidor	Plano de investimento	Estado da negociação	Estado da implementação	Área planificada	Área da concessão	Área de produção
5	Município do Cuchi, Província do Cuando Cubango, a 90 Km da Cidade de Menongue	Parceria entre o Governo angolano e as empresas Brasileiras Costa Negócios, Modolax e LM-Grupo	Brasil, Angola	Megaprojeto agropecuário que tem como objectivo produção da carne bovina para o consumo nacional e exportação	Acordos assinados	Fase inicial	250.000	250.000	2.000
6	Kilenda e Amboim, Kuanza-Sul	Programa Sócio Agro-Indústria do Kwanza Sul (Prosai) promovido pelo GoA e o sector privado	Angola	Agricultura	Não conhecido	Parado, não iniciado	195.500	7.500	0
7	Diversas províncias	CITIC	China	Agricultura e criação de gado bovino	Não conhecido	Não conhecido	110.000	0	0
8	Município Icolo e Bengo, província de Luanda	Pólo Integrado de Desenvolvimento da Quiminha (apoiado pelo governo de Angola)	Angola	Agricultura	Concessão fornecida	Produção iniciada	100.000	100.000	5.000

Ordem por área planificada	Local	Nome do investidor	País de origem do investidor	Plano de investimento	Estado da negociação	Estado da implementação	Área planificada	Área da concessão	Área de produção
9	Município de Ombadja e Curoca, Província de Cunene	Megaprojeto agropecuária denominado “Fazenda Vale Silvestre” no Projecto Agro-industrial “Esopak, que previa produzir cereais, hortaliças, ração animal e criação de gado	Angola Proprietários ou investidores principais investidores Silvestre Tulumba Kaposso e figuras como Kundi Pahaiama, Pedro Mutindi e Paulo Cassoma em parceria com algumas empresas Internacionais.	O Investimento é ligado ao Silvestre Tulumba Kaposse, num conjunto de 11 Projectos, com cerca de 1,4 Mil Milhões de Dólares americanos.	Não conhecido	Implementacao iniciada com muitos conflictos com a populacao	85.000	85.000	170
10	Calueque, Província de Cunene	Marubeni Corp.	Japão	Agricultura	Não conhecido	Não conhecido	75.000	0	0
11	Município Mussende, Província Kwanza-Sul	General Alberto Neto	Angola	Agricultura diversa e gado bovino	Concessão recebida em 2015	Iniciado em 2015	65.000	65.000	0

Ordem por área planificada	Local	Nome do investidor	País de origem do investidor	Plano de investimento	Estado da negociação	Estado da implementação	Área planificada	Área da concessão	Área de produção
12	Gauteng, África do Sul	Trooper Group of Companies (Pty)	África do Sul	Produção de milho e soja, principalmente para exportação	Acordo assinado	Fase inicial (acordo com o Governo de Angola assinado em Janeiro de 2021)	60.000	0	0
13	Município de Caxito	Caxito Rega, SA. (70 % Estado Angolano e 30% companhias privadas)	Angola	Agricultura diversa	Concluído	Produção iniciou	50.000	50.000	4.628
14	Município do Mussende, Província do Cuanza Sul	Fazenda CAP, pertencente a família do actual Presidente da República de Angola, João Goncalves Lourenço. Está registado no nome dos filhos.	Angola	Segundo as empresas foram mobilizados mais de 800 Milhões de Euros para criar 50 fazendas de cerca 5.000 hectares.	Acordos assinados	Fase de consolidação	45.000	45.000	0
15	Província Bengo	Cia de Bioenergia de Angola Lda. (Biocom) (40 porcentos na posse de Odebrecht e 40 porcentos na posse da companhia Angolana Cochan SA, qual é controlado pelo general Leopoldino Fragoso do Nascimento Sonangol tem 20 porcentos)	Angola, Brasil	Cana de açúcar e produção de etanol	Concessão recebida	Construção foi anunciado em 2015	42.000	42000	3000
Total 15 maiores investimentos agrícolas e agroflorestais							**2.498.500**	**1.115.500**	**33.048**